

NELSON JOSÉ GRAÇA PEREIRA

**A GESTÃO DO CURSO DE MESTRADO EM TREINO
DESPORTIVO DA ULHT EM PARCERIA COM O
BRASIL NA ÓTICA DOS DISCENTES DO CURSO**

Orientador: Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2017

[Escreva aqui]

NELSON JOSE GRAÇA PEREIRA

**A GESTÃO DO CURSO DE MESTRADO EM TREINO
DESPORTIVO DA ULHT EM PARCERIA COM O
BRASIL NA ÓTICA DOS DISCENTES DO CURSO**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 28/11/2017, para obtenção de grau em Mestrado em Gestão de Empresas, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 376/2017, de 27 de Outubro, com a seguinte composição:
Presidente : Prof. Doutor António Augusto Teixeira da Costa.
Vogais: Arguente Prof. Doutor Mário Fernando Carrilho Negas (Univ.Aberta);
Orientador: Prof. Doutor Ricardo Figueiredo Pinto.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa
2017

RESUMO

A Gestão do curso de mestrado em Treino Desportivo da ULHT em parceria com o Brasil na ótica dos discentes do curso teve como objetivo geral analisar de que forma é feita a gestão do curso de mestrado em Treino Desportivo da ULHT no Brasil e em Portugal na ótica dos discentes do curso. A pesquisa é de abordagem mista, pois possui características tanto qualitativa quanto quantitativa. O estudo é de nível exploratório. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, enviados por e-mail aos pesquisados, além de pesquisa documental feita nos arquivos da C&C. O público-alvo foi o universo dos alunos matriculados no respetivo curso por meio do convênio de mestrado entre Brasil e Portugal. Os resultados mostram que a maioria dos estudantes é graduada em Educação Física. A predominância dos pesquisados reside na cidade de Belém. A maioria deste é do gênero feminino. 41% são de idade acima de 40 anos. 72,5% não conseguiram concluir o curso. Percebemos também que as principais dificuldades para a não conclusão dos cursos são a falta de recursos financeiros e a falta de planejamento por parte dos alunos. Os resultados também mostram que há uma boa aceitação por parte dos discentes em relação à gestão dos cursos pesquisados. Conclui-se que houve uma grande aceitação dos pesquisados em relação à gestão dos cursos.

Palavras-chave: Gestão. Gestão Universitária. Mestrado. Treino Desportivo

SUMMARY

The management of the master's degree in Sports Training of the ULHT in partnership with Brazil from the point of view of the students of the course had as general objective to analyze how the management of the masters course in Sports Training of the ULHT in Brazil and Portugal in the optics of course students. The research is a mixed approach, since it has both qualitative and quantitative characteristics. The study is exploratory. Data collection was done through a questionnaire, containing open and closed questions, sent by e-mail to the respondents, as well as documentary research done in the C & C archives. The target audience was the universe of students enrolled in the respective course through the master's agreement between Brazil and Portugal. The results show that the majority of the students are graduated in Physical Education. The predominance of the researched resides in the city of Belém. The majority of this one is of the feminine sort. 41% are over 40 years of age. 72.5% were unable to complete the course. We also noticed that the main difficulties for not completing the courses are the lack of financial resources and the lack of planning on the part of the students. The results also show that there is a good acceptance on the part of the students regarding the management of the courses studied. It was concluded that there was a great acceptance of the respondents regarding the management of the courses.

Keywords: Management. University Management. Master. Sports Training

NELSON JOSÉ GRAÇA PEREIRA

A gestão do curso de mestrado em treino desportivo da ULHT em parceria com o Brasil na ótica dos
discentes do curso

INDICE GERAL

INDICE GERAL

INTRODUÇÃO	10
1. Problemática; Justificativa; Objectivos; Objectivo Geral; Objectivos Específicos ; e Questão de Estudo.....	10
PARTE I – Revisão da Literatura	
CAPÍTULO I – Fundamentação Teórica	11
2.1 O Ensino Superior no Brasil.....	12
2.2 Gestão de Curso no Brasil.....	24
2.3 Formação Continuada.....	43
PARTE II - Metodologia e Resultados	
CAPÍTULO II - Metodologia da Investigação	51
3.1 O estudo.....	51
3.2 População.....	51
3.3 Amostra.....	51
3.4 Instrumento.....	51
3.5 Análise de dados.....	52
CAPÍTULO III – Apresentação dos Resultados e Discussões	53
4.1 Caracterização da Amostra.....	53
CONCLUSÃO	65
BIBLIOGRAFIA	67
APÊNDICE	72

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Quantos alunos concluíam os cursos de especialização com acesso ao mestrado e ao mestrado em Treinamento Desportivo?.....	57
Quadro 2 - Principais dificuldades para a não conclusão dos cursos.....	59

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Município residente quando cursava a pós-graduação.....	52
Figura 2 - Graduações dos alunos do curso.....	53
Figura 3 - Gêneros dos alunos do curso.....	54
Figura 4 - Faixa etária dos alunos do curso.....	55
Figura 5 - Quantos anos levou para concluir os dois cursos.....	56
Figura 6 – Quantos alunos concluíram o curso de mestrado em Treinamento Desportivo?.....	58

NELSON JOSÉ GRAÇA PEREIRA

A gestão do curso de mestrado em treino desportivo da ULHT em parceria com o Brasil na ótica dos discentes do curso

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No Brasil as vagas disponíveis para os interessados em cursar a pós-graduação stricto sensu ainda é muito aquém da demanda brasileira, sendo portanto para poucos considerando a população do País, e em se tratando da região norte o percentual de oferta é mais limitado ainda, que segundo dados da CAPES (2016), a esta região detem pouco mais de 6% dos cursos de mestrado ofertados no Brasil.

Uma das saídas para diminuir esta desigualdade é a realização de cursos de mestrado em convênios com outros países, iniciativas que algumas empresas brasileiras têm realizado, em especial com Portugal.

Diante disto pudemos vivenciar um destes convênios entre uma empresa brasileira, a Conhecimento & Ciência, e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, convênio este que possibilitou a realização de pelo menos três cursos de mestrado, sendo um em Supervisão e Formação de Professores, outro em Gestão de Empresas e outro em Treino Desportivo, sendo este último objeto deste estudo.

Apesar do referido curso, objeto deste estudo, envolver dois países da mesma língua, existem várias diferenças e situações que podem interferir na gestão do mesmo, dentre elas a distância geográfica, cultura diferenciada entre os dois países, formato do curso, e em especial a gestão do curso no Brasil e em Portugal.

Pelo exposto este estudo teve como objetivo geral analisar de que forma é feita a gestão do curso de mestrado em Treino Desportivo da ULHT no Brasil e em Portugal na ótica dos discentes do curso. Para alcançar o propósito da pesquisa foram definidos os seguintes objetivos específicos: Quantificar o número de alunos que iniciam e que concluem o curso de Treino Desportivo em parceria com o Brasil; Identificar quais são as principais dificuldades que contribuem para a não conclusão do curso; Verificar que avaliação os alunos do curso fazem em relação de como é feita a gestão no Brasil e em Portugal do curso de Treino Desportivo.

PARTE I
REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Ensino Superior no Brasil

A democratização do Ensino Superior no Brasil, isto é, o estabelecimento de políticas públicas que garantam o acesso e a equidade é algo que vem sendo bastante discutido, pois, segundo Silva et al. (2017), é possível observar a democratização como algo preocupante, levando em consideração a formação sócio-política da população brasileira e seus aspectos de formação valorativa para a atuação desta população como transformadoras ativas de sua realidade, havendo de pensar na real qualificação de sua formação, tendo em vista que esta deve funcionar como motivação para a atuação dentro do contexto social em que o indivíduo está inserido.

Ainda de acordo com as ideias do autor supracitado, deve-se acordar que a estrutura didático-pedagógica da vinculação entre a educação básica e o ensino superior não é pensada de forma eficiente, pois conta com um processo mecanizado de adquirir e repassar conhecimento, apesar de pensar num contexto global quando se trata de metodologias de ensino para o processo seletivo, pois nem sempre a relação entre o número de alunos aprovados em uma universidade é realmente sinônimo de qualidade de ensino, haja vista a limitação de conteúdos que nem sempre são explorados em sua totalidade dentro do ensino básico, por questões de logística educativa.

É de destacar-se a questão histórica do processo seletivo levantada por Falcon (1987), afirmando que as transições industriais e os novos modelos sociais estabelecidos por estas transições traziam uma nova perspectiva em relação à escolaridade. As vagas oferecidas não atendiam à demanda, fazendo com que as estratégias de expansão educacional fossem modificadas e reorganizadas, até chegarem ao que pode ser chamado hoje de combate à evasão, pois além de garantir o maior acesso possível e de forma equitativa, busca-se a permanência do aluno nesse contexto universitário, como defendem Caôn e Frizzo (2010).

Segundo Silva et al.(2016), deve-se dar uma atenção especial também à democratização do ensino superior e como este influencia diretamente na prática docente do ensino básico, como já foi dito em com outros termos nos trechos acima. Os autores confirmam a ideia de que a democratização depende diretamente do histórico do processo seletivo, dos regimes formadores do processo de democratização e dos conteúdos programáticos dos processos seletivos lecionados no ensino básico.

Desta forma, ainda levando em consideração as afirmações de Silva et al. (2016), a influência da democratização e do processo para a seletiva para adentrar em uma universidade dentro da prática docente no ensino básico dá-se na medida em que é dever

do educador garantir o desenvolvimento do educando, de acordo com os padrões de aprendizagem estabelecidos. Contudo, este padrão acaba por enfraquecer a diversificação didático-pedagógica e programática do ensino básico.

Dando destaque para a democratização do ensino superior e a eficiência dela dentro do contexto real dos alunos, Lima e Bianchini (2016), afirmam que relacionado à política de combate à evasão, há um desperdício de vagas pelo programa governamental proporcionar estas vagas à populações de baixo poder aquisitivo, sendo que esta não tem o devido acompanhamento assistencial estudantil, ou seja, a teoria e a prática não tem harmonia.

Neste debate, ainda há o que ser discutido com relação à hierarquização profissional, pois pelas palavras de Lima e Bianchini (2016), a seletividade está desde a opção por cursos, intensamente correlacionada com as notas de corte do Exame Nacional De Ensino Médio (Enem), fazendo com que haja uma equalização na massa compositora dos cursos e no prestígio ou não de determinadas áreas.

Outra reflexão dentro dessa temática de composição da massa social no Ensino Superior brasileiro, é a de que, constitucionalmente fundamentado, todos tem direito à educação, partindo assim para um debate inclusivo, trazendo à tona a discussão à respeito de como dá-se o ato de adentramento das pessoas com necessidades especiais nessa realidade.

Baseando-se nessa vertente, com o retorno da Constituição de 1988 no Brasil, em que se deu a retomada do Estado Democrático de Direito, com a conseqüente valorização da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do pluralismo político, fez com que ocorressem mudanças significativas no processo educacional vigente no país. Anteriormente a educação “correta” que prevalecia era aquela advinda de pressupostos colocados pelo estado. Após a institucionalização da educação amparado pelo art.205 da Constituição, como direito para todos sendo dever do Estado e da família (BRASIL,1988), possui total capacidade de assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano.

Nesse sentido, uma vez que a educação é para todos, especificamente tratando sobre a inclusão de pessoas com qualquer tipo de deficiência, em processo de ensino superior, Giodarno, (2000) enfatiza que o primeiro apoio a profissionalização de pessoas com deficiência surgiu em prol de benefícios para aqueles que eram mutilados na guerra, como uma forma de garantia de emprego.

Corroborando esse entendimento, a inclusão segundo Mazzota (2008) é o conjunto de ações que garante a participação de todas as pessoas de forma respeitosa,

independente da classe social, de anomalias biológicas, entre outros, fazendo com que o cidadão seja reconhecido e tratado sem nenhuma diferença.

As Instituições de Ensino Superior, enquanto formadoras de mão de obra qualificada, possuem as melhores condições de instigar sensações de pertencimento nas diversas fases do processo de ensino, de modo que o aluno com deficiência possa encontrar os seus próprios meios de colaborar para o fortalecimento daquela dada atividade, conhecimento ou prática que está sendo desenvolvida por intermédio da universidade.

Dessa maneira. Reis (2000), diz que para que ocorra com eficácia a adequação de pessoas com deficiência no meio social, em que sintam confiança naquele mundo novo ao qual estão ingressando, é preciso além do apoio familiar como também de políticas públicas que oferecem oportunidades contribuindo para o processo de inclusão.

Partindo do principio família, Santos (2014) afirma que em uma investigação sobre inclusão no ensino superior, o apoio familiar é essencial para a permanência dos mesmos em suas graduações. Haja vista, que existem situações aos quais são presenciadas, como o preconceito, discriminação, são fatores que conseqüentemente fazem com que muitos desistam. Sendo importante frisar que as políticas públicas entram em vigor, para tentar amenizar esses riscos e amparar o graduando.

Brasil (2002), ressalta que as universidades estruturalmente, precisam possuir condições para receber a todos e os professores tem que ter a capacidade e organização curricular voltada para a dissemelhança e para a obtenção de conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais “especiais”.

Levando esse fator em consideração, Brasil (2004) comprova que com a afirmação do MEC - Decreto nº 5.296/04, todos os estabelecimentos de qualquer nível de ensino devem assegurar condições de acesso e de utilização de todos ambientes para pessoas com necessidades especiais.

A instituição de Ensino Superior, enquanto um espaço inserido no meio social, político e econômico possui a função de contribuir na produção e consolidação dos valores da sociedade, formando a juventude de acordo com os valores nos quais se baseia a cidadania democrática. Circunstanciando o processo de inclusão, o ensino além dessas funcionalidades possui papel de incluir aqueles que são menosprezados pela sociedade e torná-los atuantes no meio social e preparados para o mercado de trabalho. (AHLERT, 2006).

Dando continuidade, o sistema de ensino superior no Brasil passou por diversas mudanças ao longo dos anos, devido principalmente a demanda. Isso ocasionou medidas novas, apontando um novo cenário educacional.

Cunha et al. (2014), afirma que estão ocorrendo verdadeiras transformações no âmbito educacional brasileiro, destacando um notável crescimento do sistema de educação superior devido à criação diversificada de novos cursos e tipos de IES que visam atender uma demanda cada vez mais crescente de alunos, trazendo consigo novos tipos de modalidades de cursos presenciais assim como, os cursos à distância levando em conta que tal crescimento vem claramente sendo decorrente da atuação da globalização observada e vivenciada nos dias atuais, trazendo então o pressuposto de que é necessário ampliar o acesso a uma educação de qualidade no ensino superior e que se apresenta como um fator fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social no Brasil, sem desconsiderar as dimensões e a necessidade do país em adotar estratégias que superem determinadas limitações em diferentes realidades. Compreende-se então a ideia de uma educação que sofre transformações mediante o tempo em que ela se apresenta na história e que busca suprir as necessidades ora observadas.

Queiroz et al. (2013), aponta o cenário educacional superior no Brasil como um cenário marcado por um crescimento acelerado em função da fragmentação de carreiras através da expansão do setor privado, pela interiorização de instituições e do notável avanço na modalidade de educação à distância, o que leva o sistema de ensino a uma busca pela capacitação de forma mais abrangente quanto for possível oferecer e que as modificações sofridas pelo sistema de ensino superior a partir das políticas públicas dos anos 2000 têm total relação com os níveis de ensino e afetam diretamente a evolução do ensino superior brasileiro que antes se apresentava sob os moldes da educação do século XVI, onde surgiu o ensino superior com os cursos de filosofia e teologia e que a partir de então avançou e se estabeleceu como uma educação não mais restrita e elitizada e sim uma educação em plena expansão e que cada vez mais tenta se ajustar à demanda e à oferta de vagas através de políticas públicas como a concessão de bolsas de estudo e programas de ingresso facilitado por crédito aos alunos do setor privado. Observa-se então a necessidade de um sistema de ensino que compreenda e se adeque às questões reais sem deixar a desejar na qualidade.

Remião et al. (2016), defende um novo paradigma de ensino nas quais as políticas para a Educação Superior possam imprimir delineadas mudanças pedagógicas em um modelo de ensino aprendizagem, dando enfoque à valorização do processo de aprendizagem do aluno, necessitando rever o lugar do professor e do aluno do decorrer

desse processo com o fim de nortear-se, organizando a formação do estudante levando em consideração o desenvolvimento de competências a partir de diretrizes que modifiquem o modelo de ensino tradicional para efetivar ainda mais a prática e não apenas a teoria, dando incentivo a uma maneira mais ativa dos estudantes se posicionarem mediante todo o processo de ensino aprendizagem, observando que existem desafios em se estabelecerem meios para o ingresso e êxito no ensino superior referente às pedagogias aplicadas, no tocante ao perfil do público que ingressa nesse nível de ensino, marcado por diferentes origens sociais e culturais. Dessa maneira, o ensino superior brasileiro encontra-se diante um momento em que se devem buscar meios democráticos para oferecer qualidade na educação sem a delimitação de classes.

De acordo com Neves et al. (2014), o ensino superior brasileiro é marcado por desafios muito grande onde as políticas públicas para o setor não estão acompanhando as reais necessidades e tampouco sendo capazes de viabilizar um caminho ainda mais claro e consistente na busca por mudanças imprescindíveis à melhoria da qualidade de ensino que deverá abarcar não apenas o sistema de ensino superior público, como também o privado, buscando assim enveredar por um importante viés da educação superior, que se trata da função do ensino, da pesquisa e extensão, traduzindo um esforço maior em fomentar tais práticas. No entanto, o que se evidencia na atual conjuntura educacional superior é uma realidade em que a maioria das IES tem como foco principal a formação sistemática dos acadêmicos, deixando o ensino, pesquisa e extensão muito aquém de sua privilegiada posição de importância para a qualidade da formação e que pouco os instiga a ir além dos limites de conhecimento das instituições e que mais tarde, provavelmente, afeta este estudante na pós-graduação.

Segundo Gonçalves (2015), a discussão e inserção de um processo que contextualize e implemente a aplicação efetiva do ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação superior no Brasil se fazem necessária quanto ao questionamento e consequente afirmação de sua importância para a formação acadêmica, estabelecendo que as Universidades assumam um papel de promover e ofertar aos alunos meios pelos quais eles consigam e sintam-se desafiados a aprimorar-se a fim de adentrarem ao concorrido mercado de trabalho de forma muito mais qualificada e ponderando sobre a indissociabilidade que existe entre ensino, pesquisa e extensão na trajetória universitária. É possível então depreender que a valorização de uma busca aprofundada pelo conhecimento deve estar pautada na realidade que se deseja enfrentar e no incentivo oferecido aos graduandos pelas Universidades que entendem às reais necessidades que se apresentam no cotidiano.

Na percepção de Agapito (2016), o sistema educacional brasileiro está permeado por políticas e lógicas mercantis que influenciam diretamente o processo e a qualidade da formação do nível superior no Brasil, uma vez que a construção do saber não serve a sua própria existência, pois o saber propriamente dito serve com suas competências para construir concepções e apoiar ideias que estão diretamente ligadas a um sistema que atenta às necessidades e gere lucro ao mercado trabalhista.

Souza (2002) apud Agapito (2016) diz que a priorização das demandas industriais foi a responsável por levar às políticas educacionais a novas configurações com o fim de atender às exigências e os avanços tecnológicos de acordo com o tempo apresentado, corroborando a ideia de que as políticas educacionais estão comprometidas em efetivar ações que direcionem a qualificação da mão de obra de forma estratégica e articulada que foi verificada e efetivada nas reformas sofridas pelo sistema educacional, determinando ajustes indispensáveis para a apropriação cada vez mais cobiçado do capital.

Em suma, verifica-se na atual condição do Ensino Superior no Brasil uma latência dos objetivos políticos e econômicos que se sobrepõe ao ensino para atender as necessidades mercantis de lucratividade e que se utiliza da graduação como forma de expandir e consolidar seus mercados, longe de reafirmar nos acadêmicos os ideais necessários para formar sujeitos críticos e reflexivos como componentes de uma sociedade.

Barbosa et al Pereira (2013), aponta que a partir da proclamação da república começaram os questionamentos de um ensino de melhor qualidade, pois até então o mercado de trabalho era com mão de obra não qualificada. Desta forma foram desenvolvidas várias proposta para o desencadeamento do ensino superior, se fazendo assim importante a criação de organizações responsáveis por essa nova modalidade de ensino que vinha sendo expandida e logo novas mudanças iriam acontecer, para isso os mesmos teriam que estar preparados, pois a afetação seria na sociedade como um todo.

Agapito (2016), analisa dados que o ensino superior no Brasil deu sua iniciativa a partir de 1934 com a criação da Universidade de São Paulo, que nesse período foi que ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma vez que nos anos anteriores ocorreram variados fatores que vieram a consolidar esse ato histórico educacional. Dessa forma, ao contrário do que muitos pensam, esse evento representa uma condição histórica no cenário da educação brasileira, certamente isso fez com que várias mudanças no perfil populacional ocorresse, pois o capitalismo exige mais e mais com isso a necessidade surgia e com essas veio á de pessoas capacitadas, dando incentivo ao ensino superior na sociedade.

Segundo Agapito (2016), com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação ocorreu variadas alterações no ensino superior, pois este ficou mais flexível e veio a surgir então o ensino privativo, fator este causado pela enorme demanda da população e poucas vagas nas instituições de ensino superior pública, este também pode ser mostrado como a forma de seleção no qual o ser tende a ingressar. Ocorre também do ensino superior privado oferecer mais cursos, mais oportunidades, metas que facilitam a entrada da população, uma vez que no ensino superior público, estão sendo reduzidas estas possibilidades, isso se deve por falta de recursos, estrutura ou até mesmo as dívidas brasileiras, pois o país hoje se encontra em uma grande crise financeira o que afeta diretamente os fatores educacionais. E esta falta de vagas se estende a pós-graduação.

Barbosa et al Pereira (2013), conta que desde os primeiros cursos, o ensino sofre evoluções, onde novos métodos de ensinamentos vão sendo descobertos, novas instituições vão sendo abertas e um novo planejamento de ensinar vai surgindo. Então foi ficando cada vez mais clara a necessidade de uma formação superior, logo foi vista a indispensável proposta de ser criada a universidade. Esse avanço na maioria das vezes é visto como proveitoso pela população devido ao fato de mais pessoas conseguirem ter acesso ao ensino superior, porém há alguns pontos negativos quando se trata desse processo de evolução, pois este não está baseado somente em interesses educacionais para a população, onde parte desse desenvolvimento dos cursos, são promovidos por instituições de ensino privado, em que a cobiça da classe média se baseia em aumentar a relevância de seus recursos cobrando pela educação oferecida.

Fraco (2008) revela que o ensino superior no Brasil apresenta – se em déficit em relação à pesquisa, na qual poucas universidades incentivam e possuem esta prática, e ainda sobre tudo as possuem de forma isolada e de um grau bem fraco. Este processo pode estar sendo causado pela falta de incentivo acadêmico, falta de recursos ou de infraestrutura para dar suporte nas áreas em que o acadêmico deve realizar a pesquisa, falta de investimentos nesses âmbitos, ou até mesmo falta de profissionais capacitados para auxílio de atividades relacionadas a pesquisa.

Neste campo de atuação, o ensino superior no Brasil é perceptível que o ensino vem sofrendo alguns ajustes, sendo mostrado pelo avanço no aumento da quantidade de cursos, aumento nas organizações e na quantidade de pessoas interessadas em cursar, no caso os estudantes. Parte desse desenvolvimento se deve as contribuições que as tecnologias vêm oferecendo, facilitando e gerando oportunidades por meio, por exemplo, da educação a distância, fazendo com que mais pessoas tenham acesso ao aprendizado, pois há um número favorável de vagas oferecidas e nem todas ocupadas.

Para Lima (2013), enfatiza que houve vários pontos a serem acertados para que as pessoas tivessem acesso ao ensino superior no Brasil, isto seria uma forma de integração entre os países, haja vista, a recepção de notícias e conhecimentos novos que poderia contribuir para crescimento social e econômico. Mais porém, para melhorar a educação no Brasil não depende apenas da bondade dos envolvidos, mas sim da necessidade de melhorar a qualidade de ensino para que suba o PIB que não ultrapassava seus 5%, seria necessário almejar pelo menos seus 8%.

Macebo, Vale e Martins (2015), diz que se faz necessário uma análise de critério para o oferecimento de cursos nas instituições privadas, pois isso irá afetar diretamente as planilhas educacionais, pois com a ocorrência deste processo haverá poucas contribuições no setor do mercado e com isso ocorrerá uma grande falha onde os locais que mais necessitam de reforços são abandonados. Ainda nessa pesquisa há uma grande diferença na questão de números de matrícula entre setor privado e setor público não é um caso novo, pois ele já sobrevém desde o período da ditadura militar. Devido às ocorrências políticas da época houve a necessidade de um novo ajustamento no ensino superior do Brasil que se deu por meio da Reforma Universitária, porém quando a ditadura já chegava ao fim às instituições de ensino privado já ultrapassavam as públicas novamente.

Correia e Ribeiro (2013) mostram que atualmente o ensino superior exige profissionais capacitados para docência, pois a didática do mesmo é algo imprescindível para alunos do ensino superior, pois esse é o momento de errar e apreender, para que no momento em que eles forem atuar não sejam profissionais incapacitados. Isso se explicaria pelo fato de que muitas universidades com áreas de cursos diferentes, não possuem mestres para aquela determinada área, sendo assim os responsáveis pela instituição acabam contratando profissionais de áreas diferentes para a atuação, deixando o ensino enfraquecido e com grande evasão, pois os graduandos não terão oportunidades de adquirir conhecimentos mais aprofundados sobre determinada disciplina.

Franco (2008) configura ainda que antes de tudo, deve se ter profissionais qualificados, para auxiliarem na formação de futuros profissionais, ou seja, é fundamental que ocorra uma formação disponível em cada processo. Esse fato se explica pelo avanço e crescimento de muitas áreas de nível superior, sendo assim é necessário todo um suporte técnico científico, pois não adianta se ter varias faculdades e não ter subsídios necessários para seu avanço em longa escala, pois agora a necessidade será maior, uma vez que o perfil de trabalho já será com mão de obra qualificada. O autor nesse momento quer mostrar uns dos inúmeros fatores que precisam ser revistos e avaliados nesse processo

educacional que acabam deixando os cursos caírem à qualidade, e que logo dificultam a criação de novas faculdades.

Macebo, Vale e Martins (2015), faz uma análise, de dados sobre processo de expansão ao qual a educação superior vem passando, mostrando que se forem tomados os dados referentes às matrículas tanto da IES pública quanto privada, a maioria será das faculdades privadas. E logo com esse aumento no número de matrículas foi possível perceber que a que mais cresceu foi nas instituições privadas, enquanto que na pública houve uma diminuição.

Com todo esse cenário, Alonso (2010) apresenta uma nova expansão de ensino superior criado a partir de tais consequências, esta nova forma criada nada mais é do que os cursos a distancia, essa foi uma das estratégias usadas para que a demanda cobrisse o mercado de trabalho e com isso varias pessoas ter acesso ao ensino superior. Nessa linha de pensamento pessoas que não tiveram a oportunidade de ingressar nas faculdades acima mencionadas desta vez teriam novas formas, sem contar que ocorre apenas um dia na semana e que muitas das vezes pode ser estudado na própria casa a tele- aula, esta estratégia do governo se encontra ativa até os dias atuais, o que veio a beneficiar o mercado, pois agora com essa nova configuração haverá mais profissionais formados em um menor custo.

Sguissardi (2008), mostra uma preocupação nas formações que vem se expandindo, pois o ensino superior estar nessas ultimas décadas voltadas para a necessidade do mercado de trabalho, pois competir ao máximo, conseguir um emprego são desafios carregados que atormentam e acabam afetando diretamente ou indiretamente a formação. Esses aspectos acabam fazendo com que ocorra um vácuo na formação, pois com essa tormenta onde ficará lugar para a pesquisa e pratica pedagógica, para as pesquisas, os trabalhos extracurriculares, sendo que esses aspectos são aqueles que dão fortalecimento ao ensino.

Lima (2013), afirma que apesar de ter crescido o numero de intuições do ensino superior juntamente com o índice de matrículas. Os jovens de 18 a 24 anos não estão em grande quantidade entre os inscritos. Isso foi definido pelo Censo de Educação Superior de 2010. A finalidade do texto apresentado pelo autor é difundir as politicas de inclusão estabelecidas para que a educação superior no Brasil seja mais acessível.

Sguissardi (2006), que relata o percentual da difusão de intuições privadas de Ensino superior, enquanto as publicas estão em menor numero de crescimento por falta de investimento nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Um fator que decorre das fundações de IES (Intuições de Ensino Superior) privada é objetivo de conseguir lucro.

Atualmente é o que se percebe que o empresariado só visa o lucro invés de priorizar no ramo da educação a formação do profissional, já que, os estudantes em sua grande maioria não querem somente o diploma que mostre sua qualificação, mas sim conhecimento para atuar com excelência no mercado de trabalho.

Barros (2015), o problema da concentração de informações em poucas áreas da educação, em que geralmente os estudantes optavam por áreas específicas em prol de suprir a ausência de profissionais qualificados no país, outros optaram pelo campo de trabalho que possivelmente entrariam com mais facilidade no comércio trabalhista. Além do mais o fato da pessoa ingressar no ensino superior não quer dizer que sua educação vá ser de qualidade como foi dito anteriormente. É importante frisar que os cursos como administração, direito, contabilidade, negócios, estavam disponíveis nas IES privadas por serem áreas que não exigem financiamento elevado. Já que também não dariam resultados financeiros satisfatórios. Já os cursos como engenharia, saúde, e entre outras, tendem geralmente serem ofertados pelo setor público por conta de que precisam de mais financiamento do poder público.

Outro fator negativo de acordo com Oliveira e Bittar (2010), por sua vez considera duvidosa a qualidade do ensino superior noturno, que são quase sempre vagas destinadas a estudantes trabalhadores, que por falta de tempo tendem a estudar a noite, haja vista que durante o dia desenvolvem atividades para conseguir dinheiro para pagar suas mensalidades nas IES privadas. Além de, na maioria das vezes não chega a concluir seus estudos por não conseguir conciliar trabalho e estudo. Na IES pública, a preocupação com o fator financeiro já não é tão evidente, no entanto, o cansaço cotidiano faz com que o aluno não tenha o aproveitamento suficiente do conteúdo ministrado em sala.

Barros (2015), assegura que o estudante brasileiro já é prejudicado pelo seu mal preparo no ensino médio, o que não o dará subsídios para que tenha uma formação continuada. E ainda fala que a problemática também parte da má formação no ensino médio, tendo em vista que, o número de pessoas que concluíram o ensino médio é mínimo comparado às vagas disponibilizadas nas IES.

Outra vertente investigada por Mindual e Gueiros (2013) era a desvalorização dos professores, pois, sua capacidade e conhecimento não eram reconhecidos por indivíduos de outras formações. Um ponto de tensão é evidenciado pela autora é a desvalorização entre os próprios educadores por conta de títulos, haja vista, que isso prejudica a eles mesmos, porque o profissional deve objetivar executar seu trabalho com perfeição e não ficar discutindo título ou menosprezando o trabalho do colega de serviço.

Em suma Mindual e Gueiros (2013), conclui seu pensamento confirmando que a má formação do professor é ocasionada pelo descaso com a realidade que ele vive ou ira viver, pois, o professor já formado sabe pelas quais possíveis situações que seu alunado vai passar quando estiver no mercado de trabalho. Isto é, a falta de material, locais de difíceis acessos, os docentes seriam mais bem preparados se esses pontos fossem discutidos na academia de ensino por meio das disciplinas lecionadas em sala.

Severino (2008) já chama a atenção, para o ensino superior dos dias atuais, o qual vem sofrendo uma grande pressão seja ela governamental, capitalista, por pessoas de fora, por órgãos competentes ou outras diversas, ocorre, pois com a nova globalização veio às crises que fez com que o profissional precisasse ser qualificado desta forma aumentando as exigências, de forma que passou a se tornar como normal o reclame da população em prol de novas formações, que cobra um retorno justo pela formação. Nota se que com essa pressão se faz necessário novas reformulações, não só no Brasil mais em nível mundial, as quais são inevitáveis, pois a cada mudança ocorrente, o setor educacional é afetado.

2-2 Gestão de Curso no Brasil

A Gestão é uma pratica que envolve organização, direção, controle, e acompanhamento das atividades exercidas na instituição. A partir da pesquisa realizada é possível afirmar que há pouca investigação na área de gestão de cursos no Brasil, tendo em vista que muitas das pesquisas encontradas são referentes a gestão dos cursos de instituições á distância.

A gestão de processos nos últimos anos alcançou grande status e disseminação como formador básico. A gestão de cursos em EaD exige, além de infraestrutura tecnológica um planejamento eficaz, uma concordância de processos que fluem para um bem comum, que é eficácia e a qualidade dos cursos ofertados. Como resultado do uso da gerencia desse projeto temos a melhoria na qualidade de ensino dos conteúdos, (ARAÚJO, 2014).

Partindo desse pressuposto, Martins et.al 2013, afirma que educação a distância (EaD) é, uma atualidade, uma alternativa importante não só para formação de professores da educação básica brasileira, mas também quem busca qualquer outra área de serviço,

principalmente se considerados os percentuais de matriculados nos cursos de licenciatura nas modalidades a distancia ou presencial.

Sabemos que o sucesso e o desenvolvimento do estudante é o principal objetivo de toda instituição ou organização de ensino. Com o crescimento da busca por estas instituições, torna-se notório que estas organizações e gestão de cursos a distância precisam de conteúdos qualificados para o desenvolvimento de seus devidos acadêmicos, visto isto como motivo de insucesso ou sucesso dos acadêmicos. A gestão educacional à distância nos mostra muitas especificidades que buscam e promovem um planejamento notoriamente específico (Mill e Carmo, 2012).

Assim, os sistemas de gestão académica tem que igualar-se ao contexto de funcionamento institucional tendo como alicerce não só a noção construtiva e formativa da instituição, e o acompanhamento objetivo de todo o corpo académico, mas também a necessidade de se ter a cultura de avaliação nas IES para que se venha a ser criado um processo de gestão académica fiável e transparente com impacto na qualidade do ensino superior.

Esta redefinição da gestão para além de induzir à uma noção e a um estudo crítico específico de cada IES sobre as suas diversas e reais dimensões, permitirá de forma mais convincente a tomada de decisões e de medidas tendo como objetivo manter e aprimorar os pontos fortes e eliminar os pontos fracos da IES promovendo-se a definição de políticas nacionais com o olhar institucional na excelência (RODRIGUES , 2016)

Portanto, é possível perceber um panorama em que, do ponto de vista dos fatores sociodemográficos, as especificidades de cada público que busca a educação a distância é notoriamente diferente do público dos cursos presenciais e que fatores tais como o uso das tecnologias, a idade e o poder econômico familiar influenciam o desempenho académico. Porém, a identificação do que pode influenciar o melhor ou pior desempenho dos estudantes em cursos EaD não é suficiente para a compreensão em maior profundidade do fenómeno da evasão (Martins et.al 2013).

Pimentel e Paula (2014) dizem que a um cenário onde varias categorias serão inseridas no meio do ensino superior, havendo assim uma competitividade de todas as partes, e para isso se faz necessário uma gestão passiva para superar os peculiaridades e desafios que serão impostos para que esses futuros profissionais possam ser profissionais excelentes.

Araújo et al. (2014) relata que nas duas ultimas décadas ouve um grande avanço a respeito da popularidade a respeito da gestão de cursos, tendo assim uma nova roupagem

para cursos podendo assim se ter uma maior organização e planeamentos dos métodos que serão usados, para a formação de profissionais de qualquer área.

Castro (2014) fala que a gestão de cursos tem ganhado destaque em virtude do desenvolvimento, e alterações que o professor tem sofrido no seu âmbito de trabalho de ensino superior e com isso se ouve uma grande busca pela cultura do desempenho nas varias instituições de ensino superior, buscando assim elevar o grau de busca e discussão a respeito desse tema. Castro e Pereira (2013) dizem que mudanças ocorridas nas ultimas décadas nas sociedades contemporâneas influenciaram para novas concepções de gestão uma vez que elas se consolidaram para abranger as demandas de um mundo produtivo uma vez que se faz necessário uma gestão de cursos para essas novas alterações que estão surgindo com o decorrer dos tempos.

Araújo et al. (2014) mostra que a gestão tornou-se um tema muito frequente em nosso meio com o enfoque em abordagens como, por exemplo, a melhoria e com esse aumento de pesquisas resultou em um disparo de novas ferramentas para se ter uma boa gestão de determinados cursos podendo assim ter importantes funcionalidades para a análise e desenvolvimento de algumas tarefas, moldando assim algumas formas de se aplicar determinados objetivos, e tendo uma ajuda de novas ferramentas que servem pra um melhor desempenho desta gestão.

Pimentel e Paula (2014) falam que essa gestão de curso e imprescindível para se obter desenvolvimento em uma formação de qualidade para todos os alunos, e com isso certamente os docentes terão uma qualificação imprescindível para assim pode desempenhar suas funções como um bom profissional podendo assim influenciar no meio em que se encontra.

Castro e Pereira (2013) relatam que para se obter uma boa gestão faz-se necessário recursos que muitas vezes são precários em algumas instituições de ensino superior, e para isso abre uma discussão que para se ter uma gestão e necessário se utilizar melhor dos recursos que estão disponíveis para assim haver uma melhora na gestão das instituições de ensino superior. Pimentel e Paula (2014) afirmam que e muito importante para o docente o desenvolvimento de sua IES, pois com esse desenvolvimento certamente ele terá uma ótima qualificação uma vez que os conteúdos estão em constantes renovações e descobertas, mas para isso se faz necessário uma gestão que possa atender as especificações da ciência cujo objeto de ensino esta pautado em três pilares que são o ensino pesquisa e extensão.

Araújo et al. (2014) diz que e muito importante a gestão para qualquer curso independente de qual seja, pois o corpo docente precisa de uma gestão na qual possa

fazer alterações e mudanças em diversas áreas do curso uma vez que há mudanças no mercado de trabalho, sendo assim para que esses docentes possam suprir o mercado de trabalho com uma ótima qualificação, formando profissionais excelentes que irão fazer com que o nome da instituição venha ser de uma instituição renomada.

Castro e Pereira (2013) relatam que com a responsabilidade da gestão que é implementada é possível que ela possa ampliar o espaço público podendo assim ter uma abrangência muito grande para seus discentes e docentes, lembrando que o foco deve ser os direitos dos cidadãos e com isso pode ajudar na formação e assim elevando o conhecimento de seus alunos uma vez que a gestão de cursos faz-se imprescindível para qualquer instituição de ensino superior.

Rossi (2016), faz um apanhado histórico geral do ápice da educação à distância que foi a década de 90, chegando até 2000, mostra ainda que a mesma foi tida como inovação, pois houveram novas formas de ensinar e aprender de uma forma a respeitar a rotina do indivíduo. O mesmo fala da evolução dos cursos por cartas (correspondência), rádio, tv, até a situação atual onde internet é maior meio de comunicação mundial.

Araújo (2013), abre uma discussão sobre a globalização, o mercado e a tecnologia, dando ênfase ao ensino superior e sua gestão por conta da importância de se fazer eficaz e de ter uma resposta positiva dos alunos, uma vez que há uma significativa mudança nos modos de ensino, possibilitando assim uma nova roupagem desse ensino. Rossi (2016), afirma que as vertentes educacional e empresarial tiveram evoluções significativas relacionadas ao direcionamento organizacional do mercado. O cargo de gestor surgiu exatamente para desvincular as “eras” dos tradicionais diretores ao gestor educacional, que recebeu tanto as funções pedagógicas quanto as administrativas.

Azevedo et al. (2014), observou alguns casos em relação a educação à distância de uma determinada universidade e detectou conflitos na interação entre professores, alunos, tutores e coordenação no ambiente virtual, surgiu então a conveniência de uma intervenção para que os conflitos cessassem e não atrapalhassem o desempenho dos alunos. Uma das estratégias foi criar um curso de gestão de conflitos para os tutores para que eles soubessem como agir em determinadas situações. Lavor et.al (2015), expõe a função de gestão do coordenador dos cursos de graduação da seguinte forma: O coordenador é responsável por dados e materiais cabíveis ao curso, por criar o ambiente propício para a regulamentação dos trabalhos acadêmicos e ainda por ser porta-voz dos alunos dentro do ambiente das IES, pois através dele podem ser feitas reclamações para que hajam melhorias.

Carniel (2013), explica a importância de se observar como se organiza a gestão da educação a distância de acordo com os estudiosos da área, podendo entender as várias faces da atuação do gestor na concepção dos cursos dessa modalidade de ensino e apresentando a nova configuração de administração, pautada na literatura existente sobre o assunto, configuração essa que não mais se utiliza apenas de uma profissional, surge então a equipe gestora.

Rossi (2016) destaca ainda, falando sobre a função de gestor, que o mesmo deve ser multifuncional: habilidoso e ter espírito de liderança, ser decidido, conciliar o ensinar e o administrar, ser sábio frente as inúmeras situações do dia-a-dia da administração. Essas são qualidades essenciais para um bom desempenho de gestão. Mizael (2013) esclarece a obrigatoriedade por lei do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), como elemento de avaliação da gestão das IES do país. Ressalta ainda que o motivo da obrigatoriedade seja a intensa coerção do Estado na esperança de aperfeiçoar os modos de organização das IES de ensino públicas.

Junckes (2015, p.41), “ênfatisa os problemas em se ter suporte suficiente para resolver as incógnitas relacionadas à gestão, autogestão e a relacionar o eixo principal de necessidade do contexto sociocultural e mercantilista da atualidade”. Diz ainda que é preciso haver uma dissociação entre as concepções capitalistas e o ensino e encontrar soluções para as questões relacionadas a disponibilidade dos indivíduos, assim denominando a nova educação, chamada emancipada ou emancipadora.

Rossi (2013), relata que todas as condutas de um gestor estão diretamente ligadas com os planos direcionados pelo Ministério de Educação isso inclui todo acervo da IES, tal como gerenciamento dos espaços (bibliotecas, secretarias), de pessoas (professores, tutores, alunos) e materiais (didáticos, tecnológicos e comunicativos).

Carniel (2013), conta sobre sua pesquisa feita a partir de entrevistas feitas com diretores, gestores, tutores e assessores e fomenta que é indispensável observar a gestão de educação à distância como um todo e afirma a eficácia de uma equipe gestora. Silva et. all (2016), fala sobre sua pesquisa realizada em uma IES que aplicou métodos pedagógicos e de gestão inovadores, analisa a evolução da mesma nos sentidos de fazerem a descoberta de um leque de estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas nos cursos semipresenciais.

Rossi (2016) revela que a concorrência entre as instituições de educação a distância é benéfica para as pessoas, pois faz com que as mensalidades diminuam, que

se procurem melhores formas de gestão e que se melhore a estrutura, e a formação seja a melhor possível por conta da procura de um ensino a distância flexível. Carniel (2013), relata o constante debate que permeia a gestão, os sucessos e insucessos da EAD, que estão diretamente ligados aos interesses sociais, pois não são a parte dos segmentos políticos e econômicos da sociedade, tendo-se em vista a procura por tal modalidade de ensino, afim de refletirem benefícios para as classes acima da média. Se tem utilizado três tipos de práticas educacionais e administrativas para a gestão em EAD sendo essas, o PDCA (controle, processo de qualidade e soluções), gestão dividida por competências e aperfeiçoamento ou treinamento, em todas o gestor é figura de maior entendimento, sendo o processo sem ele tido como fracasso.

Quanto aos resultados do estudo referido anteriormente, apesar de não serem de tão generalizáveis, devido ao segmento de pesquisa adotado, nos oferecem oportunidade de percepção de que, mesmo com os vários dificultados inerentes à oferta de cursos a distância, atualmente a evasão está mais relacionada a questões pessoais dos alunos e de inadequação das expectativas e disponibilidade do estudante para estudar do que com os elementos que compõem o desenho, a oferta e a qualidade do curso. Estes são indícios de que os desistentes iniciam seus cursos fazendo a associação, pertencente ao senso comum, de que educação a distância é para quem não tem tempo de estudar e exige menos dedicação que a educação presencial. A gestão desses cursos é entendida como um corpo de processo e desígnios que integram e se influenciam correspondentemente para chegar ao alcance das metas e objetivos pré-definidos. Para o alcance desses supostos objetivos são definidas tarefas, aquisições de responsabilidades a pessoas, e estabelecimento de ferramentas de comunicação (ARAÚJO, 2014).

É possível afirmar que há uma grande necessidade, no Brasil, de pesquisas na área de gestão de cursos, tendo em vista a dificuldade que temos de encontrar pesquisas relacionadas ao tema. Podemos perceber que os poucos artigos e documentos encontrados são referentes a gestão de curso do ensino a distancia

Hodiernamente, falar sobre Educação tornou-se frequente e de extrema relevância, sendo esta fundamental para o desenvolvimento humano. Para tanto, é necessário destacar uma ferramenta chave para obter uma boa qualidade de ensino, a gestão dos cursos. Dando-se ênfase para o ensino superior, e em especial para a pós-graduação, ferramenta essencial para o aprimoramento dos cursos e suas especificidades.

Abordado o assunto, seria impossível não falar sobre realidade e mudanças ocorridas na sociedade, em termo de evolução, a expansão da tecnologia nos meios de comunicação. Sendo este, considerado um mundo ascendente em termo de globalização.

Nesse sentido, torna-se viável ressaltar que em termo de educação, é extremamente transitável que ocorra mudanças nesses aspectos, para uma boa execução do ensino.

A educação passando por um período de ascensão na sociedade, uma vez que o mundo pede esse progresso, conforme a evolução das massas. Sendo assim, é preciso se adequar aos meios tecnológicos e saber usufruir desse bem. Nesse sentido, a expansão da educação torna-se necessária, assim surge a Educação à Distância (EaD), adequando-se a nova realidade social e o desenvolvimento humano.

A de se considerar e priorizar neste caso, a educação de ensino superior. No entanto, uma boa educação parte desde o ensino básico. O que segundo González (2002), destacando que a educação básica é apta e formadora de cidadãos. Assim, trazendo mais flexibilidade para o ensino qualitativo. O aumento na procura de uma graduação, força as Instituições de Ensino Superior (IES), a se adequarem e aprimorarem o desempenho didático e administrativo.

Para tanto, a gestão de curso deve ser organizada conforme a demanda exigida pela sociedade, quebrando paradigmas de “elitização”. O que segundo Goffredo (1999), a educação inclusiva proporciona não só ao docente como ao aluno, estar ligado e inserido as diversidades sociais e aprendendo a lidar com todas as situações, oferecendo educação de qualidade a todos.

Diante disso, há de se ressaltar que a gestão do curso e principalmente a forma a ser administrada, resultará no funcionamento adequado no ensino, formando profissionais e cidadãos de mérito, aprendendo a lidar com a ampla diversidade encontrada no meio social.

Para tanto, é preciso estar capacitado e totalmente amparado, no caso de problemas diversos recorrentes no ensino. Assim, em se tratando de Educação e abordando a EAD, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9.394/96-artigo 80, onde diz que a Educação à Distância, vem ganhando proporção, conforme a necessidade encontrada. Nesse sentido, atribui-se um valor as mesmas, trazendo-as para um lugar de destaque ao lado da Educação Presencial.

No entanto, é preciso abranger a totalidade de gestão de curso, é necessário analisar a todo de cada novo seguimento em que a Educação e mais precisamente o Ensino Superior, vem sendo inserido. Para Retamoso e Kaztman (2008), existem inúmeros aspectos que influenciam numa boa aprendizagem. Para tanto, avaliar como a metodologia influência na boa aprendizagem do discente e assim ressaltando a importância da mesma, deve ser destacada.

Segundo Pimenta e Almeida (2010), as instituições de ensino superior é o local de preparação para a vida adulta, para o novo ambiente de trabalho, assim há uma necessidade de preparação técnica, de âmbito social e de aparato científico. Dessa forma, é preciso oferecer um ensino, gradativo e abordando o lado humanizado.

As Instituições de Ensino Superior possuem uma base, partindo da sua organização, a forma a ser administrada, a carga horária, o professor, as metodologias utilizadas e os principais interessados os discentes. No entanto, o professor docente precisa ser capacitado, sobretudo para trabalhar a diversidade encontrada em sala de aula.

Segundo Petters (2001), destaca a necessidade de interação entre professor-aluno, como ferramenta básica de um bom ensino, abrangendo uma boa metodologia aplicada. Mantendo-se assim uma boa ligação aluno-professor com a administração do curso.

A parte mais importante após uma boa gestão, são os acadêmicos, supondo que os mesmos atribuem o devido valor ao que está sendo oferecido a eles. Assim, é possível analisar que parte de uma educação estruturada, vem do interesse e mérito dado ao ensino, pelos discentes. Nesse sentido, há uma procura gradativa pelo saber ligado a uma boa estrutura educacional.

Portanto, é preciso destacar o agente dessa educação, o professor, docente, o qual se dedica ao máximo para trabalhar uma didática eficaz com os alunos, com aparatos técnicos, científicos e sociais, tentando relacionar esses assuntos ao cotidiano. Assim, independente do professor em termo presencial ou a distância monitorando o ensino dos alunos, torna-se essencial para a aprendizagem do aluno.

Dessa forma, possui parte do êxito do conhecimento dos discentes. Nesse sentido, a Educação ímpar pode ser oferecida aos alunos, e a toda a comunidade que procura pelo o ensino. No entanto, há muito ainda a ser discutido sobre esta temática, abrindo portas para o desenvolvimento do conhecimento, sendo este grande fator de sobrevivência e evolução da humanidade em meio a tanta tecnologia em expansão, obrigando a sociedade a se inserir nesse meio técnico-científico-informacional.

Hoje podemos dizer que vivemos na era da comunicação, a era onde as informações fluem rapidamente, e isso se dá graças às tecnologias lançadas todos os dias em nosso cotidiano, desta forma as informações passam a ser acessíveis a qualquer pessoa, em qualquer lugar a partir de um simples “clique”, é com essa proposta de facilidade que o Ensino a Distancia (EAD) surge.

No Brasil a primeira lei a ser aprovada sobre as EAD, foi a partir das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, principalmente pelo artigo 80 da mesma, estabelecendo assim, normativas para essa nova modalidade de ensino que

vem se aperfeiçoando ao longo dos tempos, modificando desta forma o modo de ensino e aprendizagem.

Posteriormente as EAD foram acompanhando todo o processo tecnológico vivido na sociedade, adequando-se a cada nova tecnologia lançada assim como cita Moore e Kearsley (2011), que diz que as EAD possuem cinco gerações partindo dos estudos por correspondências e suas ramificações, pelo rádio e televisão, universidades abertas até a chegada dos cursos online.

Desta forma trazendo essa modalidade para os dias atuais, essa nova estruturação de ensino, traz consigo uma maior facilidade de acesso tanto para as Instituições de Ensino Superior (IES), que ganham um método inovador de ensino, quanto para os alunos principalmente, que acabam tendo um maior acesso ao ensino superior. Assim como afirma Alves (2011), que diz que essa nova forma de ensino, aproxima aqueles que de algum modo não tiveram acesso ao ensino superior, devido a sua localidade, por isso ele destaca a importância social dessa forma de ensino.

Além de esse método trazer essa facilidade de um curso superior a uma pessoa sem formação, ou seja, uma graduação, ele ainda proporciona uma educação continuada, através de especializações e pós-graduações, para pessoas que já possuem um nível superior e que queiram, se especializar em uma determinada área, expandindo assim o seu conhecimento. Peters (2002) fala que a formação continuada surgiu a partir da transformação da educação de crianças e adolescentes para adultos.

Nesse caso essas instituições de ensino proporciona um novo cenário para o âmbito da aprendizagem e do conhecimento, visando assim uma abordagem mais extensiva, sendo direcionada a reduzir a exclusão social, proporcionando a todo e qualquer indivíduo uma oportunidade de ensino superior, já que ela proporciona aos seus frequentadores uma flexibilidade de horários. Segundo Peters (2002), as aulas são elaboradas usando os mais diversos recursos da tecnologia, a fim de garantir um melhor aprendizado do aluno.

Apesar de todas as suas características positivas, ainda é possível encontrar pessoas que achem essa modalidade de ensino fraca, pois ainda acredita que a presença de um professor ativo em sala de aula é de extrema importância assim como fala Bordenave (1995), que a presença física de um professor para alguns ainda é tão importante, que mesmo estando em universidades, acham que esse tipo de educação sem orientação é de segunda classe.

É onde podemos evidenciar o papel que o professor dessas instituições ganha, onde a primeira modificação é em sua nomenclatura, eles passam a ser chamados de

tutore, e assumem um papel de mediadores do conhecimento, esclarecedores de dúvidas, ou seja, não é retirada a presença física de um professor, apenas se é dado um novo papel a ele, pois muitas das universidades além de possuírem os tutores a distância, ainda mantêm os tutores presenciais.

Maia e Mattar (2007) falam que com essa nova modalidade de ensino o professor deixa de ser uma figura individual, para se transformar em uma coletiva, pois além dos profissionais que já eram envolvidos na área da educação, essa modalidade abrange outras áreas do conhecimento que antes não se tinha dentro das universidades.

Assim como os professores, os alunos dessas instituições acabam tendo novas características, pois por mais que elas sejam adeptas as novas tecnologias de ensino, os alunos dessa modalidade precisa saber usar estas tecnologias, para que a transmissão de conhecimento seja de forma satisfatória. Como afirma Moore (1998) que cita que os alunos precisam saber lidar com as tecnologias utilizadas, o não conhecimento de uso da mesma poderá afetar de forma direta no aprendizado do aluno.

Nesse contexto, observa-se uma grande diferença na gestão das EAD para as presenciais, e isso ocorre em todos os aspectos, tanto na questão administrativa, nos conteúdos programáticos, nos horários e na sua metodologia de ensino.

Por isso, Santos (2012) explana que não há dúvidas de que uma gestão bem estruturada influencia diretamente numa educação de qualidade, bem como uma boa interação entre os diversos profissionais que estão presentes no processo educacional das IES. Assim a participação dos coordenadores, professores e pessoal de apoio, tanto quanto a do diretor ou do reitor, auxilia na manutenção da gestão adequada.

Luck (2009) usa um conceito de gestão que define bem esse processo, afirmando que ela é constituída por uma equipe de gestão, profissionais responsáveis por mobilizar e estimular o desenvolvimento, o conhecimento e a aprendizagem.

É notório que o Ensino Superior tem um papel fundamental no desenvolvimento de um país e acaba se tornando essencial para que o indivíduo possa se encaixar na sociedade. Dessa forma Silva (2015) coloca que as maneiras de oferta da Graduação passaram a variar bastante, como por exemplo, surgiram as modalidades à distância, porém o ensino presencial continua recebendo mais prestígio e sendo mais visado, principalmente pelos mais jovens, e por os que possuem menor poder aquisitivo (no caso das Universidades Públicas).

Nesse contexto Marco (2011) afirma que o Brasil oferece um número muito grande de graduações e isso promove certa disputa entre as IES, o que acaba forçando as instituições a se prepararem mais para atrair os alunos, professores e outros funcionários.

Sobretudo, no que diz respeito à sua gestão, pode-se encontrar diferentes formas de organização no ensino superior brasileiro. Por isso as instituições possuem uma autonomia no que diz respeito a esse assunto.

De acordo com o MEC (2016) as IES são responsáveis pela gestão financeira e patrimonial, além de possuir autonomia administrativa, até certo ponto. Porém há uma busca para aumentar ainda mais essa autonomia, dar as Universidades públicas condições jurídicas para obter uma flexibilidade maior no gerenciamento de setores como recursos humanos, patrimoniais e financeiros.

Nesse sentido as IES teriam uma flexibilidade mais ampla para utilizar seus próprios critérios de indicadores de desempenho, manipulação no quadro de funcionários e contratação de pessoal, por exemplo. No que diz respeito à gestão de orçamento e de recursos humanos, as instituições particulares possuem mais autonomia que as públicas.

Trigueiro (2012) evidencia que cada tipo de instituição possui desafios e peculiaridades no processo de desenvolvimento e gestão institucional. Isso aponta que em uma gestão devem-se considerar os diversos aspectos que giram em torno da instituição e como eles são afetados por suas decisões.

Com a reforma Universitária, que ocorreu em 1968, chegou-se ao modelo de gestão que se conhece hoje. Nesse âmbito elas passaram a ser estruturadas em órgãos para obtenção de uma melhor administração (TRIGUEIRO, 2012).

Percebe-se que há uma diferença explícita entre a gestão e organização das Universidades Públicas e das Privadas. O modelo de hierarquia das públicas é visivelmente acentuado, o que torna bem burocrático o sistema. Por outro lado, as privadas possuem níveis e tipos de hierarquia bem menores, favorecendo uma dinâmica maior entre diversos setores e indivíduos, refletindo, assim, numa resistência bem menor a novas mudanças e inovações.

Ainda por esse lado, Trigueiro (2012) afirma que talvez por ter esse modelo de gestão mais burocrático e uma forma de egresso seletiva, as instituições Públicas possuem mais “nome” que as instituições particulares, e embora haja um crescimento elevado das IES Privadas, a Universidade Pública continua na frente em aspectos como qualidade de ensino, quadro de professores, pesquisa e extensão e em diversos outros fatores, que talvez por uma questão de gestão, as Universidades “pagas” acabam ficando pra trás, pelo menos no Brasil.

Segundo a lei n.º 9.394/96 criada em 1996 pela Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a educação superior tem como propósito incentivar a criação cultural, o progresso do intelecto científico e o do pensamento reflexivo, estimulando o trabalho de pesquisa e

investigação científica, com olhares ao crescimento da ciência e da tecnologia, da criação e expansão da cultura. O termo “gestão” tem sido empregado para indicar a prática das atividades gerenciáveis do espaço escolar, conforme diz Antunes (2008) esse termo significa executar, sendo assim pode-se compreender que a gestão não é apenas a ação de gerenciar, mas também abrange dimensões que estão além de conceitos de controle e autoritarismo, da mesma forma como a democratização e o debate.

Além disso, é interessante analisar o ponto de vista de Silva (2000), onde ele diz que as relações entre ensino, pesquisa e extensão perpassam por embates em cerca da explicação da identidade e do papel da universidade no decorrer da história, já que o conhecimento se tornou algo indissociável da sociedade e por isso, é essencial a relação entre aluno-professor, já que os mesmos estão ligados pelo mesmo laço, a constante busca por conhecimento e aplicar isso em nossa realidade social. Seguindo este mesmo ponto de vista, a gestão de um curso não é diferente, afinal, ela é cercada por funções que estão ligadas tanto no meio externo quanto interno, unidos em um propósito, a democratização do conhecimento e desenvolvimento dos envolvidos em ponto de vista social e pessoal.

E também, através do livro “Temas contemporâneos sobre gestão universitária” onde temos diversas autores que fizeram parte dessa obra, como Luis Roque Klering que é o organizador dessa obra, ele faz uma entrevista com a Wrana Mari Panizzi que é a reitora da UFRGS, que a mesma diz que a universidade pública é de grande importância pois ao longo de sua história, seu papel se tornou essencial na formação de recursos humanos, altamente qualificados do ponto de vista científico e tecnológico.

Ademais, não podemos esquecer o que diz Hruschka (2004) que fala sobre exigir mudanças nas Instituições de Ensino Superior, pois o fato é que elas possuem a função de intervir no setor produtivo, por isso, precisam estar atualizadas, assim possibilitar aos seus graduados um perfil de um profissional eficiente e inovador, que se adeque às constantes mudanças sociais e às evoluções tecnológicas. Afinal de contas, não se pode negar que de fato existe uma demanda no mercado, é necessário que o profissional formado possa atender essa exigência, por isso, diante dessas grandes mudanças no mercado, deve se haver uma boa preparação do universitário durante esse período acadêmico.

De acordo com Minayo (1993) a gestão universitária vem sendo indicado, nos últimos tempos pelo fundamento de modernização relativo ao processo de internacionalização do capital, do qual o conjunto de ideias produtivista e mercadológico

está em curso nas universidades públicas de nosso país. Esse aspecto atinge sobre a forma de desenvolver a participação e a liberdade institucional.

Além disto, a autora Chauí (2003), diz que idealizamos uma instituição qualificada, como um espaço de formação e produção de conhecimentos, que precisa se atualizar, mas sempre honrando a história de seu desenvolvimento e comprometimento com as exigências sociais, e não por exigências da lógica economicista. Dessa forma, protege sua capacidade histórica de atuar em diversas situações objetivas apresentadas, em cada tempo-espaço, nela podendo intervir de forma crítica, participativa e autônoma, ao mesmo tempo em que cria novas descobertas, invenções e inovações de estudos.

Segundo o que diz Sampaio (2003) o modelo dominante político vê as universidades como organizações complexas que podem ser olhadas como sistemas políticos de pequeno porte, com dinâmicas de grupos de interesse e conflitos similares aos que existem na sociedade, ou em outros ambientes políticos.

O Brasil possui um grande território e a cada ano a população tem buscado a capacitação profissional alternativa, sendo os cursos a distância um grande colaborador para esse público, e a gestão desses cursos se faz necessária para garantir a qualidade de ensino e de formação desses profissionais atendendo as especificações do Ministério da educação (Roberto, Bayma e Mourão 2013).

De acordo com Lavar e Bandeira (2015) a oferta de cursos de ensino superior no Brasil vem crescendo a cada ano e nesse sentido se faz necessário a capacitação de profissionais que atuam na gestão desses cursos onde a maioria tem na frente professores que se especializaram na área de administração gestão e pedagogia assegurando assim a qualidade desses cursos seja na rede pública ou privada.

Na gestão universitária os professores, que atuam como gestores, devem ter preparação específica para sua atuação, sendo necessário a busca constante por qualificação e aprendizagem, assim as próprias instituições deveriam ter um programa de capacitação e especialização para esses profissionais, já que os mesmos estão na frente da organização e gestão dos cursos (Correia e Costa 2014).

Para Dondonis daudt e Behar (2013), a gestão de cursos superiores a distância envolve as etapas de planejamento, organização, coordenação e o controle de todas as tomadas de decisões dentro das instituições de ensino de acordo com os objetivos da instituição, além disso, a avaliação também constitui parte fundamental da gestão nos cursos a distância, pois é através dessa ferramenta que podemos obter dados sobre a qualidade do ensino que está sendo ofertado na instituição de ensino superior.

A eficácia a efetividade e a eficiência são norteadores na gestão dos cursos a distância, esses aspectos também permitem a avaliação do ensino uma vez que a eficiência direciona melhor aplicação recursos, a eficácia permite a avaliar a qualidade de ensino e aprendizagem e a efetividade trata da parte administrativa que deve buscar atender a comunidade (Oliveira 2015).

A gestão nos cursos a distância é altamente complexa devido a necessidade de se definir responsabilidades em vários níveis hierárquicos com a atribuição de tarefas e metas pré-definidas a indivíduos que estão a frente da implantação e manutenção de cursos a distância, são esses profissionais que estarão fazendo a intermediação entre os alunos e a instituição para buscar melhorias no ensino (Araújo, Medeiros e Barroso 2013).

Nunes e Nakayama (2015), falam da gestão administrativa nos cursos superiores e das necessidades da comunidade onde a universidade está inserida, é nessa vertente que estão os gastos com professores com pessoal administrativo, quantidade de alunos por curso e todo suporte pedagógico com o fornecimento do material didático para os alunos.

Segundo Mill (2015) para a gestão nos cursos a distância três fatores pedagógicos são fundamentais: tempo, espaço e o currículo do curso, ao se planejar a implantação de um curso esses fatores são indispensáveis para o sucesso da construção do projeto de curso que deve levar em consideração o aluno da educação a distância que é um publico diferenciado que busca flexibilidade na hora da de ingressar no ensino superior a distância.

Na educação a distância a relação do aluno e a instituição de ensino superior deve se a mais fácil possível, pois, o aluno deve ter total acesso as informações sobre seu curso, essas informações de maneira geral estão disponíveis nos ambientes virtuais de cada instituição, onde os coordenadores professores e corpo docente tem o controle das atividades e o planejamento de cada curso ofertado, essa ferramenta é de suma importância para gestão (Weinzierl e Marino 2014).

É notório o crescimento e procura por cursos de especializações após a graduação inicial, ou até mesmo em palestras e workshops ministrados por pessoas com o conhecimento mais específico sobre determinada área. Como diz André (2015), o interesse pelo tema da formação continuada vem crescendo muito nos anos recentes, o que se pode atestar pelo número de pesquisas que vem sendo realizadas, pelo volume de trabalhos apresentados nos eventos científicos e pela frequência com que o tema aparece na mídia. Bagnara (2015) a formação continuada dos profissionais que atuam na área educacional é uma forma de qualificar o trabalho docente. E Marin et al. (2011) A prática pedagógica e a

formação continuada oferecem aos professores suporte para atuarem no cotidiano das aulas.

Entretanto, o acesso a essas formações ainda é de extrema dificuldade para alguns profissionais, ou pela questão financeira, pelo valor dos cursos serem elevados, ou por não ter em sua cidade ou nas cidades vizinhas, e ter que locomover grandes distâncias, tendo assim grandes gastos, ou por falta de políticas públicas de incentivo para que sejam realizados tais aperfeiçoamentos pós formação. André (2015), cita que são raros os países que implementam programas adaptados aos diferentes estágios do professor na carreira, em especial, ainda há muito pouca atenção aos docentes que ingressão no magistério.

Marin et al. (2011) já dizia que as críticas dirigidas aos programas de formação continuada incide na elaboração de propostas que, sem a participação dos docentes, são impostas. A autora também relata em seu artigo que as organizações destas formações são feitas por empresas com fins lucrativos, que acabam privilegiando técnicas e produtos. Essas “vendas de conhecimento” acabam por prejudicar a educação em alguns âmbitos, como por exemplo, educação na zona rural, onde o recurso de material é escasso e as condições de trabalho são precárias. O profissional que decide se qualificar para trabalhar nestes locais, acaba tendo muita dificuldade de encontrar cursos, palestras, ou até mesmo workshops que supram suas necessidades e lhe concedam uma forma mais eficiente de trabalho.

Tais formações são de suma importância para o desempenho profissional do professor e para aprendizagem dos alunos. Porém, o professor não é o único responsável pela qualidade de educação. André (2015). Não há dúvida de que o professor tem um papel importante no sucesso e aprendizagem, mas há outros fatores, muito fortes, que concorrem para uma educação de qualidade, tais como recursos disponíveis na escola, o tipo de organização do trabalho escolar, uma equipe gestora que propicie suporte físico, pedagógico, emocional aos docentes. Com isso André quis dizer que por trás de um grande professor, sempre existe uma equipe para que o seu trabalho seja realizado com o máximo de eficiência possível, e que estes profissionais de “suporte” também devem se atualizar em meios e métodos para aprimorar seus conhecimentos e ferramentas de trabalho.

Os processos de formação continuada devem ser pensados coletivamente. Marin et al. (2011) a finalidade da formação continuada é construir um conhecimento coletivo

ivo gerado a partir de necessidades históricas, sob aspectos das experiências de vida pessoal e profissional, e dos conhecimentos historicamente construídos, contribuindo para promover mudanças nas práticas coletivas. Ou seja, antes de procurar especializações após a formação, deve ser pensado em um contexto geral, como por exemplo o local onde você trabalha, seu público, seus colegas de trabalho, materiais disponíveis e sobre a identidade do profissional.

Conhecimento coletivo que não se restringe apenas em comunidade, como disse Marin et al. (2011) entendemos que para a realização de um trabalho coletivo, deveríamos fortalecer as relações entre Escolas, universidades, Secretarias Municipais e Coordenadorias de Educação, para que juntas e de maneira indissociada, se possa qualificar o contexto educacional.

Apesar de ser relacionado muitos benefícios, os autores pesquisados falam bastante sobre as dificuldades e empecilhos de se ter uma formação continuada. O capitalismo está presente em todos, onde se chega a conclusão de que os cursos só estão disponíveis como uma forma de compra e venda de mercadorias. Marin et al. (2011) com o objetivo de manter a lógica do acúmulo de capitais nas mãos de poucos, o capitalismo apresenta como uma de suas características cruciais.

Os autores também falam bastante sobre a baixa remuneração como um fator desmotivam-te para a procura na melhoria e aprimoramento de conhecimento. André (2015) é preciso assinalar que a melhoria na formação continuada é um fator importante no desenvolvimento profissional docente, mas não é o único. Fatores como salário, carreira, estruturas de poder e decisão, assim como o clima de trabalho na instituição, são igualmente importantes. André também diz que não se pode aceitar a explicação simplista de que basta melhorar a formação docente para que se consiga melhorar a qualidade da educação.

A falta de comunicação entre os professores, também é um grave problema da formação continuada. Bagnara (2014) relata que dependendo do ponto de vista de cada professor, a maneira como a disciplina é desenvolvida na escola será diferente, isto se dá pela falta de um consenso entre os professores sobre como trabalhar e desenvolver a educação física escolar, mas sim, pelos motivos que fariam com que alguns professores não se comuniquem.

A sociedade vem passando por várias transformações nos últimos tempos, uma delas é a quantidade de informações que adquirimos comparado aos nossos antepassados, tal informação é fundamental para formação de um bom profissional,

todavia essa informação só tem função se for usada de alguma forma. Pescuma (2005), explica que a finalidade da pesquisa científica é buscar, selecionar, ordenar, elaborar e sistematizar a informação para transforma-la em conhecimento.

A escola tem uma grande importância para a produção de conhecimento, a escola tem papel fundamental na construção do conhecimento, porém a escola continua muito produtivista que tem como função somente repassar informação.

2.3 Formação Continuada

O panorama da formação continuada no Brasil é um tema que vêm sendo amplamente debatido e pesquisado. Segundo, Verdum, Morosini e Giraffa (2017), a evidenciação deste tema no meio científico, se deu após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96).

Para analisarmos o cenário da formação continuada no Brasil é necessário, primeiramente, que haja uma verificação da qualidade e da objetividade da formação inicial. Brzezinski (2014), atenta para o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e aponta a ineficiência do governo ao promover tais políticas, uma vez que, não há práticas lineares neste sentido, e sim políticas de caráter emergencial, que culminam em planos e programas desalinhados, que acabam por desconsiderar a essência da formação inicial, acarretando em inúmeras lacunas neste processo.

Programas que objetivam a formação inicial de professores e a especialização de profissionais já atuantes no mercado de trabalho no âmbito da docência puderam passar a existir a partir da publicação do relatório: "Escassez de Professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais", como afirmam Verdum, Morosini e Giraffa (2017). A exemplo deste relatório, vários outros textos e medidas propiciaram o surgimento de programas pontuais para formação e aperfeiçoamento de docentes.

Dassoler e Lima (2012), evidenciam a carência de uma formação socializante, onde os graduandos tenham vivências que propiciem a criticidade e a compreensão da necessidade de uma constante atualização dos conteúdos inerentes a prática docente, haja vista que, o exercício da docência perpassa por renovações diárias. O despertar da inquietação a cerca do conhecimento constante, característica indispensável nesta fase de formação, partindo do pressuposto de que os egressos desta etapa educacional, serão responsáveis pela formação de novos indivíduos e pela conformidade do meio social em que estão inseridos.

Gatti (2001) afirma que, nas últimas décadas a preocupação com formação de professores vem adquirindo debates por uma parcela da população, na qual condições e impasses a cerca deste assunto fomentaram diversas movimentos na direção de mudanças curriculares na formação docente.

Para Ens et al. (2014), o processo de globalização está diretamente ligado a docência, pois neste cenário o professor passar a ser um personagem essencial na formação do quadro de novos profissionais, assim sendo, tornasse recorrente a discussão sobre a necessidade de uma formação continuada, havendo assim, uma constante adequação do profissional ao meio tecnológico e sua inovações cotidianas.

Gatti e Nunes (2008), afirmam que nos anos finais do século XX, houve o fortalecimento, de maneira especial em países desenvolvidos, da necessidade de uma educação continuada, com o objetivo de manter os profissionais atuantes no mercado de trabalho, sempre atualizados e prontos para lidar com as constantes mudanças nas informações e tecnologias. Esta pratica também contribuiu de forma significativa para o aprimoramento de técnicas e bens de consumo, posteriormente sendo aplicada também ao setor educacional.

Seguindo as linhas de atuação dos países desenvolvidos, as práticas educacionais brasileiras sofreram alteração, visando um aperfeiçoamento dos conhecimentos difundidos. A necessidade de uma formação continuada no Brasil deu inicio a um processo de aprimoramento falsário, onde iniciativas voltadas para este fim eram tidas apenas como formas de preencher lacunas de uma má-graduação, não sendo a pós-graduação uma continuidade dos conhecimentos, mas sim uma forma de preencher as frestas existentes da formação inicial deficiente, indo de encontro ao proposito inicial da formação continuada presente nos países desenvolvidos. (GATTI, 2014)

Acreditasse que após a graduação não exista uma continuação nos estudos e na aprendizagem, por motivos que fogem do caráter social, também as instituições de ensino não oferecem este tipo de continuação, sabe-se que é crescente o número de pós-graduandos, mas vale salientar que mesmo tendo acrescido ainda é muito pequeno o número destes profissionais com maior qualificação.

Segundo Santos e Batista Neto (2016), na bibliografia que discute a formação continuada, identifica-se várias conceitos, e o apoio vem dos governos que formam alianças com os municípios, financiando um vasto número de pessoas que precisam se sobressair e fomentar mais práticas e conhecimentos pedagógicos.

Menino et al (2016), afirma que os investimentos podem ser vistos em múltiplas áreas, vários seguimentos que apõem a docência em muitos níveis, solucionando problemas sociais que podem existir em uma cidade ou região.

No que diz respeito a áreas da educação, a existência de empecilhos são gigantescas, os níveis de pós-graduação relacionada à especialização em determinado seguimento educacional é conflituoso, pois os profissionais existentes, podendo ou não ter um aporte técnico-científico e educacional que vise à melhora do profissional.

No centro das discussões referentes ao tema, ainda há a necessidade de salientar e rever o aporte pedagógico inserido na instituição de ensino, por isso se deve tratar a importância que existe na formação continuada e na valorização do corpo docente no sentido do crescimento profissional. (ALMEIDA, 2016)

Para Temp (2016), a formação contínua é de primordial importância, pelo motivo de que o conhecimento é evolutivo e permeia diferentes fases, obtendo uma grande relação com a sociedade que se insere em outras culturas, no entanto, mesmo que isto não se concretize o dever do professor é buscar atualizações, subsidiadas por si mesmo.

Para Queiroz, Almeida e Aires (2016), é importante salientar que existem modelos de formação não capazes de se modificar, a ação pedagógica docente tenta dimensionar. Concepções mostradas por professores manifestam a distâncias entre as necessidades de formações permanentes e de constante atualização.

Tomando como apoio a LDB (1996), onde permeia a inserção e influencia os debates a frente da formação contínua. De acordo com Brzezinski (2008), a práxis – Teoria e Prática, deve vir a ser o principal objetivo da formação continuada, ainda que muito pouco oferecida e aproveitada pelos profissionais da educação, a integração do professor é analisada de maneira um tanto tecnicista e deve sempre buscar seu desenvolvimento dentro dos mecanismos sociais.

Para Freitas (2008), traçar objetivos e buscá-los no decorrer de qualquer carreira, assim, analisar um eventual acontecido e propor ideias que visem e almejem, com isso seguir critérios é respeitável, a qualidade é de suma importância, a perspicácia do ensino inicial à continuada. A Universidade Aberta do Brasil – UAB, se insere neste fundamento de dar seguimento e desenvolver as experiência dos professores, dando ênfase em atividades que visem o melhoramento da didática e sua relação com as turmas, enriquecendo o saber teórico e prático.

“Treinamento” foi uma modalidade de formação continuada presencial de inspiração tecnicista que norteou a “reciclagem” de professores. Faço notar que o dispositivo da LDB/1996 foi endereçado aos “professores” leigos atuantes na educação básica. O legislador teve a intenção de corrigir um desvio das políticas educacionais: os sistemas de ensino admitiram pessoas sem serem formadas, em consequência herdaram a obrigatoriedade de capacitá-las. (BRZEZINSKI, 2008)

Vale destacar que a formação continuada, desde 1980, sofria influência de diferentes movimentos didáticos e político pedagógicos, Freire (2002 p.68) afirma: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ele destaca a influência externa no meio educacional, e o educador deve suprir mecanismos impostos dentro da sociedade, assim sabendo agir para assim atuar de maneira ética.

De acordo com Silva e Araújo (2005), a formação deve ter a reflexão do professor, assim podendo realizar ação, ou seja, o exemplo pode ser dado na sala de aula, se um professor acha que está havendo um desempenho abaixo da expectativa de sua parte e dos alunos, o importante é que esteja pronto para novos desafios, para solucionar esta problemática.

Gatti (2016) destaca que na contemporaneidade é mais essencial momentos de destaques educacionais, pois, ainda são agudas as desigualdades socioeconômicas, que permeiam algumas perspectivas tortuosas, portanto estas preocupações devem sempre existir, solucionando as diferenças sociais encontradas por muitos educadores no meio político pedagógico.

Preal (2004) trata como fundamental a educação continuada e seu papel transformador, no qual as políticas públicas torna-se prioridade para formalizar as novas estruturas de conhecimento para o aprimoramento profissional.

Dacar (2004) coloca que todas essas ideias em documentos apresenta uma nova economia mundial, onde instituição e professores não estão preparados e capacitados. O Programa de Reformas Educativas na América, priorizar essa necessidade em relação a uma visão para o desenvolvimento do ensino superior.

A partir de então as ações públicas para a formação continuada trouxe uma nova perspectiva para o mundo do trabalho, onde a qualificação do docente para o meio social visa a melhora da economia, pelo fato do conhecimento levantar questões sobre consumo nessa perspectiva educacional (DEMAILLY, 1992).

Para Marin (2002) o debate a acerca de se determinar uma política de formação docente parte dos pressupostos teórico-metodológicos entre as proporções pessoais e profissionais, permitindo assim o processo de formação.

Nóvoa (1992) também engloba esse fundamento de senso entre técnico-científico, em que a transmissão de conhecimento e informações ampliam um caráter pedagógico.

No entanto para o debate para a implantação de intervenções dos projetos de formação continuada apontam diversas problemáticas nos processos de base estruturada, forma interativa-reflexiva e de caráter extensivo, sobretudo na luta entre concepções relativas ao conhecimento e educação (SANTOS, 1996).

Frazzon (2001) afirma que os privilégios que as intervenções políticas trazem para o cidadão em formação, envolvendo os processos de gestores que avaliam a produtividade daqueles que fazem da universidade seu cotidiano, aponta uma base inadequada pela precariedade de ensino que gera problemas as iniciativas chamadas de formação continuada e para sua atuação profissional.

Corrêa (2001) diz que o comprometimento político deve desvendar a pluralidade cultural de nossa sociedade como fonte de compreensão para complementar a formação relacionada ao autoconhecimento autonomia em uma questão de exercício da cidadania, trazendo a construção de uma identidade profissional em ação mútua.

Como também Gatti (2003) aborda essa construção que não direciona somente o papel das políticas para a formação, coloca também as características psicossociais do ato educativo valorizando o potencial do docente, contribuindo assim para outros aspectos que englobam as características sociais, culturais e históricas.

Esses novos olhares para a formação continuada possibilitaram novas pesquisas e procedimentos, construindo diversas etapas para a formação docente, criando não só uma única maneira de se resolver os desafios dessa situação. O conjunto de ações que abrem novas possibilidades associada a formação de qualidade e emancipação do educador para cada vez mais abrir o espaço do docente ao conhecimento. (FERREIRA, 2000)

Libâneo (1998) crê que os momentos de formação continuada contribuem tanto para o desenvolvimento do docente como também para desempenho reflexivo a fim de que o mesmo possa está capacitado para as novas problemáticas que estão sempre presente na sociedade, para um caminho de transformação social.

A formação de professores, fundamentadas na ideia dos pesquisadores reflexivos, trouxe responsabilidades para os docentes pela má qualificação da educação. Nóvoa

(1992) afirma que eles não refletem sobre suas práticas e pesquisas, no qual traz uma deficiência no processo de aprendizagem.

Schon (1992) considera relevante ações formativas que possa permitir a troca de experiências, mediante debates e discussões, levantando questões referentes a sua área, a fim de haver uma dinâmica para despertar interesses de crescimento profissional.

Gatti (2003) diz que essas ações devem contribuir para os planos de carreira, como cursos que realmente servissem para enriquecê-los profissionalmente, buscando o que não tiveram em sua formação.

Segundo Freire (1996) os fundamentos pedagógicos e as ações políticas favorecem a autonomia de ensino aprendizagem.

Esse sentido de educação, requer coerência entre as transformações sociais. Deste modo a produção do conhecimento está muito além de conceitos e compreensão, mas sim pelo entendimento do contexto na formação dos profissionais (MENEZES, 2003).

Para Zeichner (1993) veicular uma problemática com dados dessa realidade, afirma um possível desenvolvimento da literatura sobre formação continuada, a fim de superar tais dificuldades, mediante o trabalho docente diversos fatores contribuem para a totalidade dessa formação.

Em suma, Gatti (2014) afirma que para que possamos sanar os problemas existentes nas formações iniciais e continuadas, é necessário que haja maiores investimentos e incentivos em pesquisas voltadas para esta temática, desde o período de graduação, tornando assim, os profissionais cada vez mais críticos e preparados para reivindicar melhores condições para formação, prática e aprimoramento na docência e nos diversos campos de pesquisa.

NELSON JOSÉ GRAÇA PEREIRA

A gestão do curso de mestrado em treino desportivo da ULHT em parceria com o Brasil na ótica dos discentes do curso

PARTE II

METODOLOGIA E RESULTADOS

CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3.1 O Estudo

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, foi realizado uma revisão bibliográfica, como também uma pesquisa documental nos arquivos da C&C, bem como nos documentos da ULHT referentes ao curso em estudo. O estudo foi considerado de nível exploratório. Moreira e Caleffe (2006) afirmam que a pesquisa de nível exploratório tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas a formulação de problemas mais precisos.

3.2 População

A população da pesquisa foi do universo dos discentes do curso de mestrado em Treino Desportivo da ULHT em parceria com uma instituição do Brasil.

3.3 Amostra

O universo da população das turmas de Belém do Estado do Pará-Brasil. A caracterização da amostra foi realizada com 78 profissionais de educação física e 01 profissional de outra área. O grupo pesquisado foi composto por 43,03% do sexo feminino e 56,96% do sexo masculino.

3.4 Instrumentos

A coleta de dados se deu a partir dos relatórios das turmas do curso. E ainda por meio por meio de um questionário contendo questões com respostas abertas e fechadas enviadas por e-mail aos alunos do curso. Moreira e Caleffe (2006) aponta as vantagens do uso do questionário, que é anonimato do respondente, possibilidade de uma alta taxa de retorno e perguntas padronizadas.

O questionário foi dividido em três grupos sendo Grupo 1 - Dados Gerais da Amostra Estudada; Grupo 2 - Gestão do Curso (especialização com acesso ao mestrado); Grupo 3 - Gestão do Curso de Mestrado.

3.5 Análise dos dados

Os dados analisados foram quantitativo através da ferramenta do Microsoft Excel e qualitativa com a análise de conteúdo proposta por Bardin (1992).

CAPÍTULO III – Apresentação dos Resultados e Discussões

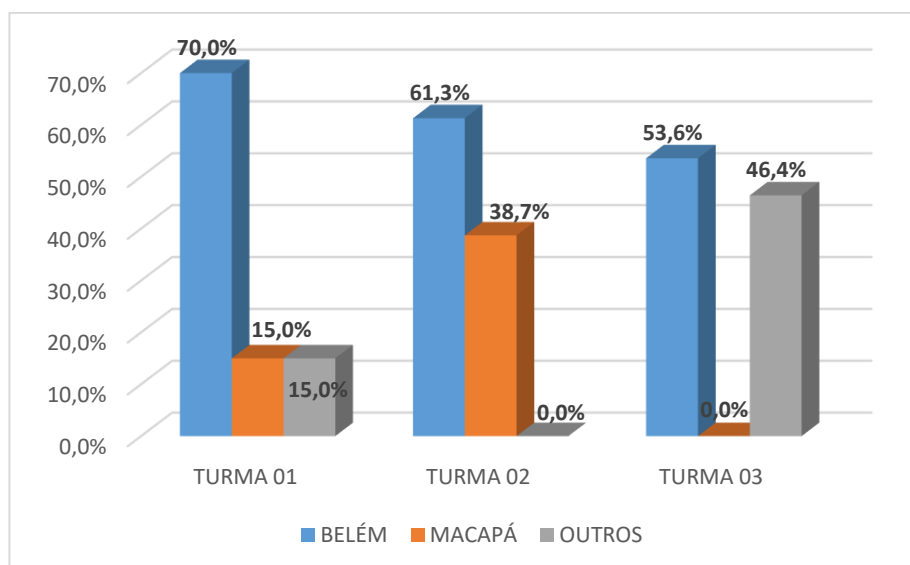
4.1 Caracterização da Amostra

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO/MESTRADO EM TREINO DESPORTIVO;

Grupo 1 - Dados Gerais da Amostra Estudada;

Questão 1-Município residente dos alunos quando da participação nos cursos?

Gráfico 6 - Município residente quando cursava a pós-graduação



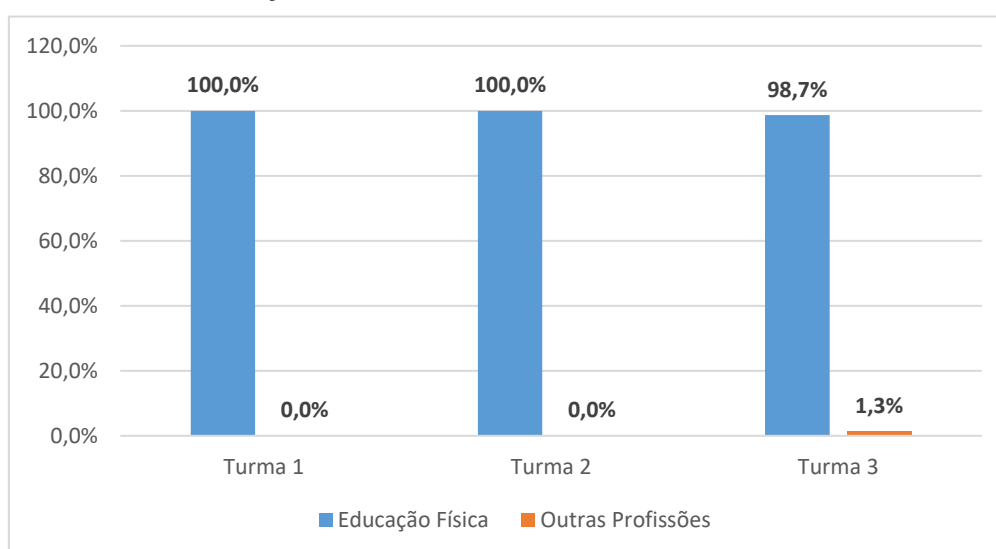
Fonte: pesquisa de campo, 2017.

No gráfico 01, aponta os resultados referente aos municípios de origem dos alunos. As categorias definidas foram, Belém, Macapá e outros, divididos em três turmas, 1, 2 e 3, no qual na cidade de Belém, foi representado respectivamente nas Turmas 1, 2 e 3, como

70%, 61,3% e 53,6%. Na cidade de Macapá, as Turmas 1, 2 e 3, foi representada em 15%, 38,7% e 0%. Quanto aos outros municípios ficamos nas Turmas 1, 2 e 3, respectivamente em 15%, 0% e 46,4%. Conforme Demo (1996) o número de universitários na região norte vem crescendo, no estado do Pará é possível perceber que está diferença se encontra em Belém.

Questão 2- Graduações dos alunos dos cursos?

Gráfico 7 - Graduações dos alunos do curso



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

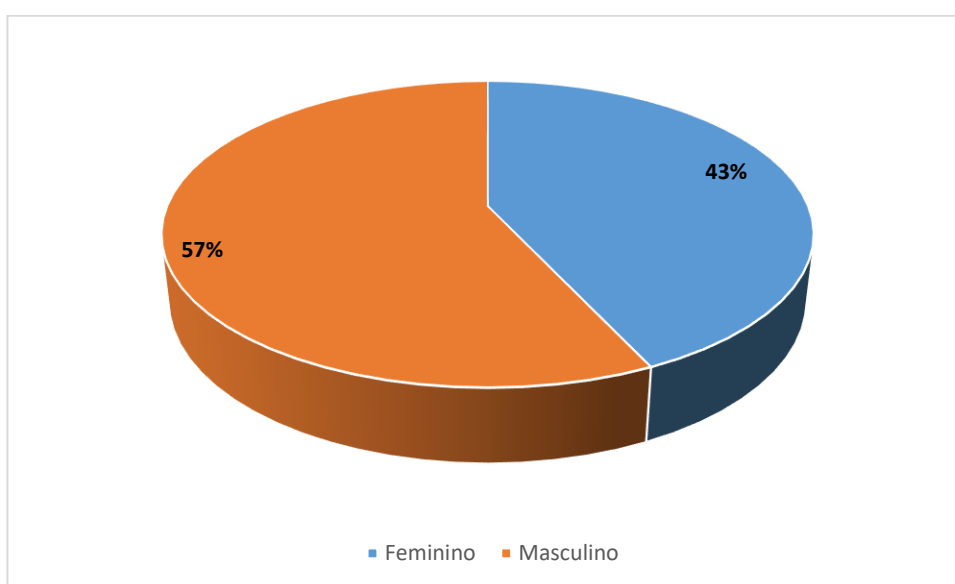
No gráfico 02, é ilustrado as formações dos alunos quanto a graduação, nas Turma 01 e 02 predominou profissionais de educação física, na turma 03, tivemos 98,7% formados em educação física. Entre os resultados surgiu na Turma 03, a percentagem de 1,3%.

Sobral (1986) realizou um estudo sobre a ciência e a tecnologia, calhando a pesquisa científica a partir de três extensões: quanto força produtiva, quanto dominação política e quão ideologia.

A autora assegura que a produção e a assimilação da pesquisa científica e tecnológica é enveredada por interesses econômicos, pontos políticos e pontos ideológicos de classes e também segmentos sociais, interrogando, assim, a informação de neutralidade científica, pontualmente pela afinidade entre ciência como poder, na sociedade capitalista.

Questão 3-Gêneros dos alunos dos cursos?

Gráfico 8 - Gêneros dos alunos do curso

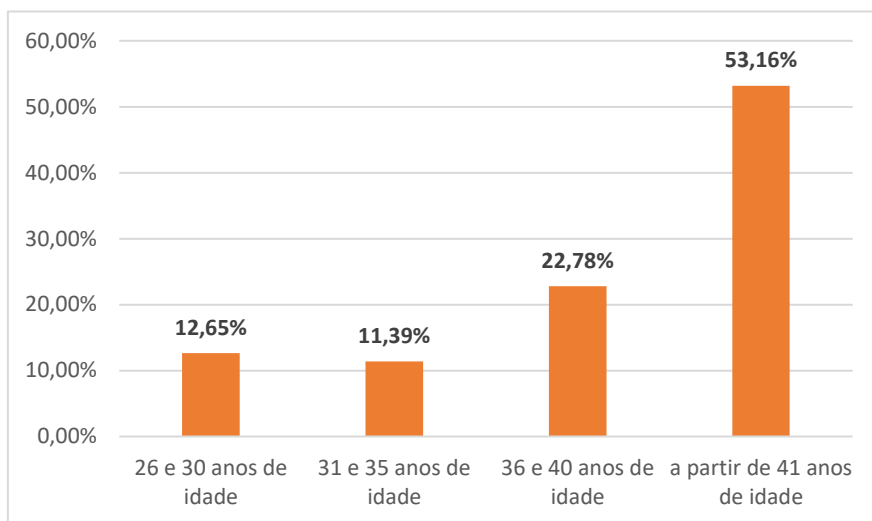


Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Quanto ao gênero que estudavam no programa, 57% eram do sexo feminino e 43% do sexo masculino. O acesso ao nível superior de mulher sempre foi muito mais acentuado. Metzner (2014) relata que o número de universitários no norte no Brasil se diferem muito quando se direcionamos ao gênero e as mulheres estão em sua maioria mais presentes nas universidades.

Questão 4-Faixa etária dos alunos dos cursos?

Gráfico 9 - Faixa etária dos alunos do curso

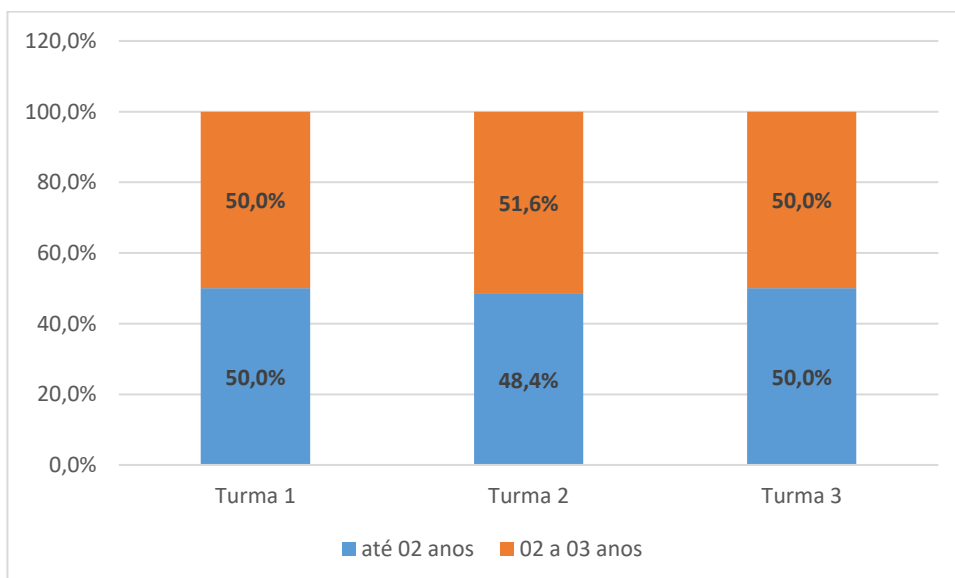


Fonte: pesquisa de campo, 2017.

O gráfico 04 indica a faixa etária dos alunos do curso no quantitativos das três turmas. Na faixa de 26 a 30 anos, aponta em 12,65%, no intervalo de 31 a 35 anos, com 11,39%, na faixa etária de 36 a 40 anos, tem-se 22,78%, e a partir de 41 anos, de 53,16%.

Questão 5- Quantos anos os alunos levaram para concluir os dois cursos?

Gráfico 10 - Quantos anos levou para concluir os dois cursos



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

No gráfico 05, o destaque ficou na turma 02, no qual 51,6% concluíram dentro de um tempo de 02 a 03 anos. No resultado 48,4% concluíram até 02 anos.

Questão 6- Quantos alunos concluíram os cursos de especialização com acesso ao mestrado e o mestrado em Treino Desportivo?

Quadro 1 – Quantos alunos concluíram os cursos de especialização com acesso ao mestrado e o mestrado em Treino Desportivo?

Alunos	Turma 1	Turma 2	Turma 3
Concluíram	25,0%	35,4%	21,4%
Não Concluíram	75,0%	64,5%	78,5%

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

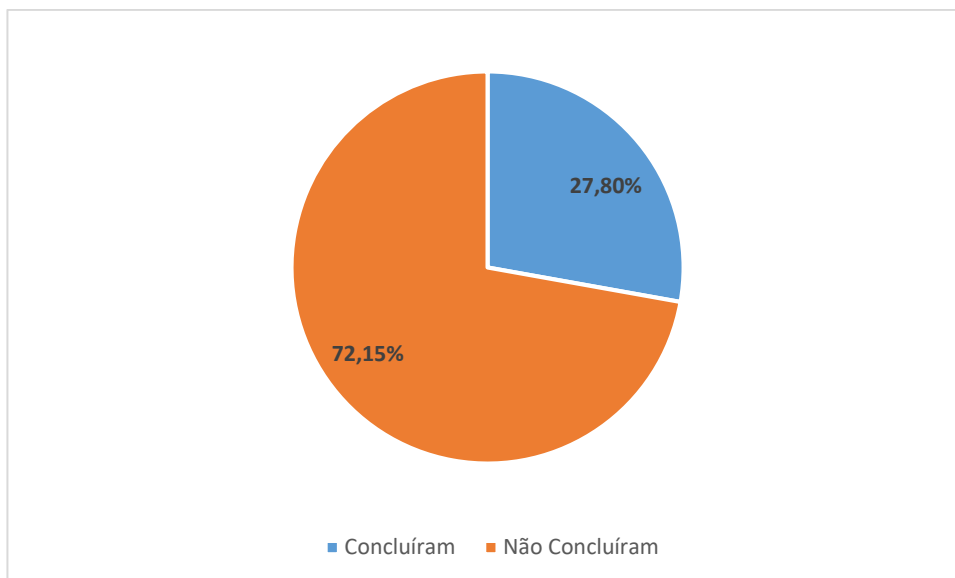
No quadro 01, tem-se que as turmas 1, 2, e 3 concluíram respectivamente em um quantitativo de 25%, 35,4% e 21,4%. Quanto a não conclusão do curso, na Turma 01, 75%, Turma 05, 64,5% e Turma 03, 78,5%. Paiva (1992) relata que no Brasil, os retornos aos desafios as colocações pelas políticas retornadas a o desenvolvimento científico e tecnológico causam uma seletividade em pontos de regiões, quanto instituições, quanto equipes e de áreas prioritárias de pesquisa, restringindo as possibilidades de desenvolvimento.

Conforme Coggiola (2001) em uma faixa de 100 alunos estudantes de doutorado no país, somente, 0,7% estão na Região Norte nesse prumo 3,8% na Região Nordeste.

Coggiola (2001) em outro giro a região Sudeste concentra 78,8% dos 30.302 doutorandos do Brasil. A distribuição dos recursos do CNPq para bolsas de estudo e fomento à pesquisa aprofunda estas desigualdades.

Questão 7- Quantos alunos concluíram o curso de mestrado em Treino Desportivo?

Gráfico 6 – Quantos alunos concluíram o curso de mestrado em Treino Desportivo?



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

No gráfico 06, temos o quantitativo geral, dos alunos que terminaram totalmente o programa de mestrado. Quanto a conclusão do mestrado 72,15%, não conseguiram concluir. Em outro giro, 27,80% dos alunos conseguiram concluir o curso. Paiva (1992) relata que os países subdesenvolvidos são responsáveis por apenas 2% das inovações tecnológicas produzidas anualmente, correspondendo a 0,02% da contribuição da América Latina.

Questão 8-Quais as principais dificuldades para a não conclusão dos cursos?

Quadro 2 – Principais dificuldades para a não conclusão dos cursos

Alunos	Principais dificuldades apontadas
Não Concluíram a especialização	Falta de recursos financeiros – 40%; Falta de disponibilidade de tempo – 48%; Falta de planeamento pessoal – 5%; Outras dificuldades – 7%
Não Concluíram o mestrado	Falta de recursos financeiros – 35 %; Falta de disponibilidade de tempo – 25%;

	Falta de planeamento pessoal – 35%; Outras dificuldades – 5%
--	---

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

No quadro acima em relação ao curso de acesso ao mestrado identificamos que a falta de disponibilidade de tempo com 48% como a principal dificuldade encontrada pelos alunos para concluírem o curso, seguido pela dificuldade de falta de recursos financeiros com 48%, o que nos permite inferir que estas dificuldades se completam como importantes consequências para serem analisadas pelos gestores dos cursos.

Quanto aos alunos que não concluíram somente o mestrado a falta de recursos financeiros bem como a falta de planeamento pessoal, com 35% cada uma, foram as dificuldades mais apontadas pelos alunos. Percebemos que esta segunda dificuldade apontada pelos pesquisados teve um aumento expressivo em relação aos alunos que não concluíram o curso de especialização, o que nos leva a inferir que é fundamental ser trabalhado pela gestão do curso de mestrado esta dificuldade junto aos alunos face ao também número expressivo destes que não concluíram o curso visto anteriormente no gráfico 06.

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO/MESTRADO EM TREINO DESPORTIVO;

1.2- Gestão do Curso (especialização com acesso ao mestrado em Treino Desportivo);

Grupo 2 - Gestão do Curso (especialização com acesso ao mestrado).

1-No que diz respeito as disciplinas cursadas no curso de especialização com acesso ao mestrado em Treino Desportivo que avaliação você faria em relação a:

1.1-Expectativa antes de iniciar as disciplinas –

(60%)Muito Bom (30%)Bom (10%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.2-Adequação das disciplinas em função dos objetivos do curso –

(65%)Muito Bom (30%)Bom (5%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.3-Contribuição das disciplinas para a sua formação profissional –

(70%)Muito Bom (30%)Bom ()Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.4-Possibilidade de aplicação dos conteúdos ministrados nas disciplinas para sua realidade profissional –

(85%)Muito Bom (15%)Bom ()Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.5-Avaliação final das disciplinas –

(90%)Muito Bom (10%)Bom ()Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.6-Avaliação final dos Docentes das Disciplinas –

(90%)Muito Bom (10%)Bom ()Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.7-Local das aulas –

(80%)Muito Bom (15%)Bom (5%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.8-Apoio da coordenação do curso –

(75%)Muito Bom (15%)Bom (10%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.9-Apoio da secretariado do curso –

(80%)Muito Bom (15%)Bom (5%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.10-Organização geral do curso em relação as disciplinas –

(75%)Muito Bom (20%)Bom (5%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.11-Avaliação final geral (Disciplinas/Gestão) –

(75%)Muito Bom (20%)Bom (5%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.12- Qual a avaliação final sobre a gestão do curso?

(85%)Muito Bom (10%)Bom (5%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

Quanto as respostas apresentadas nas questões contidas no item do grupo 2 – gestão do curso de especialização com acesso ao mestrado em Treino Desportivo, observamos que em geral houve uma boa avaliação da gestão do

curso, o qual foi realizado totalmente no Brasil, concentrando as respostas nas alternativas Muito Bom e Bom.

Observamos que das doze questões do questionário, pertencentes ao grupo 2, sete apresentaram como resposta a alternativa Regular sendo seis com 5% e apenas uma com 10%, não havendo em nenhuma das respostas as alternativas fraco ou insuficiente como opção.

Pelo exposto e pelos resultados obtidos a gestão deste curso, que obteve 85% de avaliação de Muito Bom como avaliação final da gestão do curso, nos permiti inferir que a mesma fez uma gestão com qualidade.

CURSO: ESPECIALIZAÇÃO/MESTRADO EM TREINO DESPORTIVO;

1.3- Gestão do Curso de Mestrado em Treino Desportivo.

Grupo 3 - Gestão do Curso de Mestrado.

1-No que diz respeito ao curso de mestrado em Treinamento Desportivo que avaliação você faria em relação a:

1.1- Aos orientadores do curso -

(75%)Muito Bom (20%)Bom (5%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.2- Ao apoio da direção da ULHT –

(65%)Muito Bom (20%)Bom (15%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.3- Ao apoio da coordenação do curso –

(65%)Muito Bom (20%)Bom (15%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.4- A receptividade da secretaria académica da ULHT –

(70%)Muito Bom (15%)Bom (15%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

1.5- A liberação dos documentos pós defesa –

(40%)Muito Bom (20%)Bom (15%)Regular (15%)Fraco (10%)Insuficiente

1.6-Organização geral do curso –

(50%)Muito Bom (30%)Bom (15%)Regular (5%)Fraco ()Insuficiente

1.7- Qual a avaliação final sobre a gestão do curso?

(65%)Muito Bom (15%)Bom (20%)Regular ()Fraco ()Insuficiente

Quanto as respostas apresentadas nas questões contidas no item do grupo 3 – gestão do curso de mestrado em Treino Desportivo, observamos a alternativa Insuficiente aparece uma vez com 10%, e a alternativa Fraco aparece duas vezes dentre as sete questões deste grupo, sendo uma com 5% e outra com 15%, sendo a primeira na organização geral do curso e a outra na alternativa liberação dos documentos pós-defesa, o que nos permite dizer que são respostas coerentes e que se completam além de serem realidade com que vinha ocorrendo no curso.

No que diz respeito a alternativa Regular aparece em todas as questões oscilando entre 15 e 20%, tendo somente uma com 5%, o que nos permite inferir que é necessário uma maior atenção desta gestão em relação aos itens pesquisados.

Apesar dos resultados comentados acima, as alternativas Muito Bom e Bom são ainda as que predominam com uma variação que vai de 60% a 95% de aceitação com uma média de 85% de Bom ou Muito Bom, o que nos permite inferir que também a gestão do curso de mestrado foi bem aceita pelos alunos do curso.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Percebe-se que existe a necessidade de realizarmos uma estratégia metodologica para estimular a participação dos alunos até ao término da formação. Talvez a estratégia de educação à distância poderia ser uma alternativa, mesmo os cursos pesquisados serem cursos presenciais, ser mais reforçada haja vista a tendência a desmotivação aumentar em decorrência da ausência do contato pessoal.

Outro ponto é o investimento no âmbito do marketing, pois pela faixa etária avançada, identifica-se pouca participação de recém formados, desta forma acredita-se que deveria ser criado um programa diferenciado que atraia os recém

formados, como benefícios de estágios, intercambios com empresas na comunidade europeia e outros.

O alto índice de desistência coloca o risco elevado da manutenção do programa. A gestão dos cursos, e os docentes precisam proporcionar mais atividades educativas para manter a fidelização do aluno ao programa. Além disso, acreditamos que a gestão dos cursos devem investir na orientação dos alunos em relação ao planeamento pessoal/acadêmico par que mais alunos consigam concluir o curso.

Portanto, acreditamos que em carater de urgência, que o programa do curso deve passar por reformulação na sua gestão para que aumente o índice de concluintes nos dois cursos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ALVES Milka Correia Barbosa, RICARDO José Costa Mendonça. O Professor-gestor e as Políticas Institucionais para Formação de Professores de Ensino Superior para a Gestão Universitária. E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 16, n. 42, Jan./Mar. 2016

ARAÚJO, RÉGIA T. S et al . Modelagem de um sistema de gestão na Educação a Distância no Brasil utilizando redes de Petri Coloridas. Ingeniare. Rev.chil.ing., Arica, v.23, n.1, p.145158, enero 2015. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071833052015000100016&lng=es&nrm=iso>. accedi do en 01 sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S071833052015000100016>.

AUGUSTA, Rosana; POSTIGO, Quesia; TADEUCCI, Marils. Limites encontrados na gestão de uma universidade pública Federal: o caso do campus Universitário de gurupi - uft. Ago, 2011.

BARBOZA, L. F. & Costa, S. R. R. (2012). *Modelos de gestão e modelos de referência*. Apresentado no IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Disponível em: http://www.convibra.org/upload/paper/2012/39/2012_39_4866.pdf.

BARROS, F. S. O., Fiúsa, J. L. A. & Ipiranga, A. S. R. (2005). O empreendedorismo como estratégia emergente de gestão: histórias de sucesso. *Organizações & Sociedade*, 12(33), 109-128

BASTOS, F.C. & Mazzei, L.C. (2012). *Gestão do esporte no Brasil desafios e perspectivas*. S. Paulo: Ícone.

BORDENAVE, J. D., PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 15. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

CATELLI, A. [org.]. (2001). *Controladoria: Uma abordagem de Gestão Econômica GECON*, 2ª ed. São Paulo: Atlas.

COGGIOLA, O. Universidade e Ciência na crise global. São Paulo: Xamã, 2001. 175 F.

DONDONIS Daudt, SÔNIA Isabel, BEHAR, PATRICIA Alejandra, A gestão de cursos de graduação a distância e o fenômeno da evasão Educação [en linea] 2013, 36 (Septiembre-Diciembre) : [Fecha de consulta: 31 de agosto de 2017] Disponible en: <<http://oai.redalyc.org/articulo.oa?id=84828784014>> ISSN 0101-465X.

ECKHARD, C. L. (2015). *A empresa saudável: tendências de gestão*. Porto Alegre: Artébiz.

EDILENE, Maria. A gestão universitária: Um estudo na ufpa, de 2001 a 2011. Belém, 2013.

EMMENDOERFER, M. L. & Palmeira, M. L. (2013). Funcionário feliz é sinônimo de cliente satisfeito? Um estudo a partir de uma pesquisa de clima organizacional. *REDIGE*, 4(3), 1-19.

FERREIRA João de Lavor, BANDEIRA Wagner Andriolay, SAMPAIO Alberto Lima. Avaliando o Impacto da Qualidade da Gestão Acadêmica no Desempenho dos Cursos de Graduação. Um Estudo em Universidade Pública Brasileira. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, 2015, 8(2), 233-254.

FLEURY, M. T. L., Fleury, A. (2003). Estratégias competitivas e competências essenciais: perspectivas para a internacionalização da indústria no Brasil. *Gestão & Produção*, 10(2), 129-144.

FRANCO, J. & Amaral, S. (2005). Estratégias de Gestão Empresarial. *Revista Pretexto*, 6(1), 59-74.

GOFFREDO, V. L. Flôr Senéchal. Como Formar Professores para um escola Inclusiva? In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação Especial: tendências atuais. Brasília:MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SEED, 1999.

GONZÁLEZ,J.A.T.. Educação e Diversidade: BASES DIDÁTICAS E ORGANIZATIVAS. TRAD. ROSA ERNANI, PORTO ALEGRE: ARTMED, 2002.

LÜCK, Heloisa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo 2009.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. ABC da EAD: a educação a Distância hoje. São Paulo: Pearson, 2007.

MARCO, Ricardo Antônio de. O Processo de formação de estratégias em instituições de ensino superior.2011. Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis.

MARIA, Filomena; CÉZAR, Fernando. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação. v. 14 n. 41 maio/ago. 2009.

MILL, DANIEL, Gestão Estratégica de Sistemas de Educação a Distância no Brasil e em Portugal: a propósito da flexibilidade educacional Educação & Sociedade [en línea] 2015, 36 (Abril-Junio) : [Fecha de consulta: 31 de agosto de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87342191007>> ISSN 0101-7330.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA- LDB 9.394. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.HTM Acesso em: 02 set. 2017.

MOORE, Michel; KEARSLEY, Gred. Educação a Distância: uma visão integrada. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

NUNES, Carolina Schmitt; NAKAYAMA, Marina Keiko. GESTÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, UMA REVISÃO INTEGRATIVA EaD em FOCO, [S.l.], v. 5, n. 2, jan. 2015. ISSN 2177-8310. Disponível em: <<http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/222>>. Acesso em: 01 Set. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v5i2.222>.

OLIVEIRA, Danielle Costa. Gestão do ensino superior a distância na Universidade Federal do Acre. 2015. 53 f., il. Monografia (Bacharelado em Administração Pública)— Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Cruzeiro do Sul—AC, 2015.

PEREIRA, H. J. (1995). Os novos modelos da gestão: análise e algumas práticas em empresas brasileiras. Tese apresentada a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas par obtenção do grau de doutor, orientada por Carlos Osmar Bertero, São Paulo.

PETTER, O. Didática do ensino a distância. São Leopoldo. Unisinos, 2001.

RETAMOSO, A. & KATZMAN,R. 2008. Aprendendo juntos. Desafios na educação a partir dos processos de segregação urbana. P. 245-279. In RIBEIRO,L.C, de Q. e Katzman. A cidade contra a escola. Rio de JANEIRO: Letra Capital.

ROBERTO Antônio Coelho Serra, BAYMA Fatima de Oliveira, MOURÃO Luciana. Gestão Da Educação A Distância: Um Modelo de Avaliação à Luz dos Referenciais de Qualidade Do MEC. Interletras, volume 3, Edição número 17, abril 2013/ setembro.2013 – p.

SANTOS, Magda. A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação Estado e Sociedade. 2012.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Panorama atual do ensino superior no Brasil. 2012

WEINZIER Greici, MARINO Alexandre Costa. Sistema de Avaliação na Gestão de Cursos na Modalidade A Distância: relato de Experiências do Curso de Especialização em Gestão Pública da UFSC. XI Congresso brasileiro de Ensino Superior a Distância Florianópolis/SC, 05-08 de agosto de 2014- UNIREDE.

NELSON JOSÉ GRAÇA PEREIRA

A gestão do curso de mestrado em treino desportivo da ULHT em parceria com o Brasil na ótica dos
discentes do curso

APÊNDICE APÊNDICE

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECÔNOMICAS E DAS ORGANIZAÇÕES - LISBOA-PORTUGAL**

Belém, _____de março de 2017.

Cursos: Especialização com acesso ao Mestrado em Treino Desportivo;

Mestrado em Treino Desportivo;

Senhores(as) Gestores(as) venho por meio deste instrumento solicitar a vossa senhoria a gentileza em responder este questionário, que servirá para o desenvolvimento das dissertações dos mestrandos abaixo.

O questionário foi preparado com a finalidade que vossa senhoria possa avaliar a gestão do curso de Especialização com acesso ao Mestrado em Treino Desportivo, bem como do curso de Mestrado em Treino Desportivo, nos quais você participou.

Queremos lembrar que no relatório do estudo não será divulgado o vosso nome, e ainda você está livre para responder somente o que achar conveniente.

Solicitamos que o questionário respondido seja enviado por e-mail para: rfp@conhecimentoeciencia.com com cópia para npereira68@oi.com.br e npereira@sesipa.org.br.

Mestrando: Nelson José Graça Pereira– Professor de Educação Física

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pinto – Educação Física

e-mail: rfp@conhecimentoeciencia.com – 91 988962028

DADOS GERAIS DO QUESTIONÁRIO

1- CURSO: MESTRADO EM TREINO DESPORTIVO;

1.1- Dados Gerais da Amostra Estudada;

1.2- Gestão do Curso (especialização com acesso ao mestrado em Treino Desportivo);

1.3- Gestão do Curso de Mestrado em Treino Desportivo.

1.1- Dados Gerais da Amostra Estudada;

Grupo 1 - Dados Gerais da Amostra Estudada;

Questões de Estudo:

Questão 1-Município residente dos alunos quando da participação nos cursos?

Questão 2-Graduações dos alunos dos cursos?

Questão 3-Gêneros dos alunos dos cursos?

Questão 4-Faixa etária dos alunos dos cursos?

Questão 5- Quantos anos os alunos levaram para concluir os dois cursos?

Questão 6- Quantos alunos concluíram o curso de especialização com acesso ao mestrado e o mestrado em Treino Desportivo?

Questão 7- Quantos alunos concluíram o curso de mestrado em Treino Desportivo?

Questão 8- Quais as principais dificuldades para a não conclusão dos cursos?

1.2- Gestão do Curso (especialização com acesso ao mestrado em Treino Desportivo);

Grupo 2 - Gestão do Curso (especialização com acesso ao mestrado).

1-No que diz respeito as disciplinas cursadas no curso de especialização com acesso ao mestrado em Treino Desportivo que avaliação você faria em relação a:

- 1.1-Expectativa antes de iniciar as disciplinas –
- 1.2-Adequação das disciplinas em função dos objetivos do curso –
- 1.3-Contribuição das disciplinas para a sua formação profissional –
- 1.4-Possibilidade de aplicação dos conteúdos ministrados nas disciplinas para sua realidade profissional –
- 1.5-Avaliação final das disciplinas –
- 1.6-Avaliação final dos Docentes das Disciplinas –
- 1.7-Local das aulas –
- 1.8-Apoio da coordenação do curso –
- 1.9-Apoio da secretaria do curso –
- 1.10-Organização geral do curso em relação as disciplinas –
- 1.11-Avaliação final geral (Disciplinas/Administração) –

1.3- Gestão do Curso de Mestrado em Treino Desportivo.

Grupo 3 - Gestão do Curso de Mestrado.

1-No que diz respeito ao curso de mestrado em Treinamento Desportivo que avaliação você faria em relação a:

- 1.1- Aos orientadores do curso -
- 1.2- Ao apoio da direção da ULHT –
- 1.3- Ao apoio da coordenação do curso –
- 1.4- A receptividade da secretaria académica da ULHT –
- 1.5- A liberação dos documentos pós defesa –
- 1.6- Organização geral do curso –
- 1.7- Avaliação final geral da gestão do curso –

9- Qual a avaliação dos alunos sobre a gestão dos cursos?